



Relatório e Contas 2021

Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA

Índice

1. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS	9
Estrutura dos Acionistas	9
Órgãos Sociais	10
2. SUMÁRIO EXECUTIVO	11
3. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL	16
4. PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA À COVID-19	18
5. ATIVIDADES DA EMPRESA	19
5.1 Processamento de transações e gestão de rede	19
5.2 Perfil da rede vintí4	19
5.3 Abrangência Geográfica	23
5.4 Caixa Automático	23
5.5 Pagamento Automático	24
5.6 Acquiring Internacional	25
5.7 Pagamento de Serviço	26
5.8 Venda de Recargas	27
5.9 Pagamento Web	27
5.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF)	27
5.11 Compensação de Cheques	28
5.12 Serviço SWIFT	28
5.13 Serviço Certificados	29
5.14 Infraestruturas e Tecnologia	29
5.14 Capital Humano	31
5.15 Gestão de Risco e Controlo Interno	32
5.16 Investimento	33
6. ANÁLISE FINANCEIRA	34
6.1 Valor Acrescentado Bruto	35
6.2 Rendimentos	35
6.3 Outros rendimentos e ganhos	36
6.4 Gastos	36
6.5 Resultado líquido do exercício	38

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	39
7.1 Evolução do Balanço	39
7.2 Análise dos Rácios	40
7.3 Indicadores de Gestão	40
7.4 Proposta de Aplicação de Resultados.....	42
7.5 Demonstrações Financeiras	43
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	47
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.....	48
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	81
Parecer Auditor Externo	82

Índice de gráficos

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas	9
Gráfico 2: Transações processadas pela SISP	19
Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4	20
Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2021	21
Gráfico 5: Terminais e Cartões	22
Gráfico 6: Abrangência Geográfica dos Terminais	23
Gráfico 7: Compras por Ramo de Atividade	25
Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2021	26
Gráfico 9: Estrutura etária e Género	31
Gráfico 11: Prestação de Serviços em milhões de escudos	36

Índice de tabelas

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4 2021	21
Tabela 2: Operações em Caixas Automático	24
Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático	24
Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço	27
Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel	27
Tabela 6: Operações Pagamento Web	27
Tabela 7: Operações Transferência Eletrónica de Fundos	28
Tabela 8: Operações Compensação de Cheques	28
Tabela 9: Operações SWIFT	28
Tabela 10: Listagem das formações realizadas em 2021	32
Tabela 11: Investimento	33
Tabela 12: Demonstração de Resultados	34
Tabela 13: Gastos	37
Tabela 14: Balanço	39
Tabela 15: Indicadores de gestão	41
Tabela 16: Proposta de aplicação de resultado	42

Siglas

ATM - *Automatic Teller Machine*

DSS - *Data Security Standard*

EMV - *Europay, MasterCard e Visa*

FSE – Fornecimento e Serviços Externos

H2H - *Host to Host*

IASB – *International Accounting Standard Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INE- Instituto Nacional de estatísticas

IRPC – Imposto Rendimento Pessoa Coletiva

ISO - *International Standards Organization*

IUR - Imposto Único sobre Rendimento

mPOS - *mobile POS*

NRF - Normas de Relato Financeiro

PC –*PersonalComputer*

PCI - *Payment Card Industry*

POS- *Point of Sales* (Ponto de Venda)

PIN – *Personal Identification Number*

SGGS- Sistema de Gestão Geral da SISP

SWIFT - *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*

TEF – Transferência Eletrónica de Fundos

Mensagem do Conselho de Administração,

Senhores Acionistas,

A economia global deu mostras de recuperação em 2021, de acordo com o Banco Mundial, devendo o crescimento situar-se em 5,5 por cento em 2021, invertendo a evolução negativa registada em 2020, de 3,4 por cento. Contudo a prevalência de potenciais perturbações na atividade económica, justificam as projeções de desaceleração avançadas pela mesma fonte.

A possibilidade de surgimento de novas variantes da Sars-Cov-2, não obstante as perspetivas de algum controlo da pandemia pela via do aumento das taxas de vacinação e imunidades graduais de grupo; o aumento dos preços dos produtos energéticos; as disrupções da oferta face a uma demanda em crescimento; poderão impactar negativamente a retoma económica global e, em particular nas economias em desenvolvimento mais vulneráveis e menos resilientes.

A recuperação económica foi também evidente nas economias dos principais parceiros do país, a Área do Euro, dos EUA e do Reino Unido, sustentada do lado da oferta pelo setor de serviços e do lado da procura pelo consumo (sobretudo, de serviços). O setor de serviços beneficiou da flexibilização das restrições e, consequente reabertura das economias, enquanto o setor manufatureiro se deparou com a escassez de mão-de obra e de materiais, altos preços das *commodities* e desafios logísticos.

A evolução favorável do enquadramento externo, contribuiu para um desempenho mais favorável da economia nacional em 2021. As previsões de crescimento do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto de 6,6 por cento, após uma contração de 14,8 por cento em 2020, e assentam no avanço do programa de vacinação no país, que permitiu a abertura à entrada de turistas, investidores e emigrantes, mas também nalgum efeito base.

O otimismo relativamente à recuperação económica nacional é acautelado pela prevalência de um cenário de incertezas, decorrentes da possibilidade de surgimento de novas variantes Sars-CoV-2, de pressões inflacionistas, estrangimentos e escassez do lado da oferta a nível internacional, pelo que as autoridades nacionais têm demonstrado atenção continua à evolução dos riscos macrofinanceiros e a reforçar os seus mecanismos de acompanhamento e de mitigação dos seus efeitos na economia nacional, condições necessárias para a retoma sustentada do progresso económico e social do país.

Neste cenário, ainda fortemente marcado por incertezas, as atividades da SISP em 2021 foram orientadas para a continuidade de projetos e melhoria contínua da qualidade dos serviços. As atividades foram retomadas de forma gradual ao longo do ano, após o confinamento e paralisação das atividades em 2020 para conter o avanço da pandemia.

A SISP, em termos de infraestrutura e tecnologia, continuou a investir esforços significativos no sentido da procura incessante pelo alinhamento com as melhores práticas internacionais nas áreas de segurança, continuidade e qualidade de serviço. Deu continuidade a um conjunto de projetos iniciados em anos anteriores, nomeadamente nas áreas tecnológicas, de organização e de capacitação dos recursos, que permitiram alcançar maior eficiência nos processos internos, melhorar o suporte ao negócio e conseguir um serviço prestado ao cliente, mais adequado ao mercado e às suas expetativas.

No âmbito da gestão de riscos e controlo interno deu continuidade aos trabalhos das áreas de Auditoria Interna, Risco & Qualidade e Jurídico & Compliance; nas atividades de controlo transversal, aos processos da empresa com os ajustes necessários ao seu melhor desempenho, tendo sido cumpridos os planos anuais de auditorias internas e externas; acompanhou de forma contínua o sistema integrado de gestão e renovação das certificações ISO de Qualidade (9001), Segurança da Informação (27001) e Continuidade de Negócios (22301); seguiu os testes de continuidade de negócios, acompanhou as atualizações legais e regulamentares com impacto nas suas atividades e prestou suporte jurídico aos diversos processos internos.

Enquadrado na sua política de desenvolvimento do seu capital humano, a SISP apostou fortemente na formação dos seus colaboradores, dando preferência às formações online devido às restrições ainda impostas pela pandemia.

A performance da empresa em termos de resultados é positiva, espelhando sobretudo o aumento dos rendimentos de serviços, contrariamente à evolução menos favorável registada em 2020, quando o resultado do exercício foi afetado pela diminuição considerável das transações devido à crise pandémica.

Em 2021, o ativo líquido registou um acréscimo de 46,5 por cento relativamente a dezembro de 2020, totalizando 1.673,8 milhões de escudos devido ao aumento dos ativos correntes e dos ativos não correntes, em 512 e 19,2 milhões de escudos respetivamente.

O número de cartões produzidos aumentou 3 por cento face ao período homólogo, mas a variação negativa do número de cartões ativos, de 2 por cento, continuou a refletir os efeitos da prorrogação das datas de expiração dos cartões, aplicada pelos bancos a partir do segundo trimestre de 2020 devido à pandemia e restrições de deslocação às agências bancárias.

O número de operações processadas, retomou a trajetória ascendente que vinha registando antes de 2020, aumentando 15 por cento relativamente ao ano anterior, correspondendo a 40 milhões de operações, tendo havido um crescimento de 14 por cento na rede vinti4 e de 28 por cento nos outros sistemas, nomeadamente, TEF, Telecompensação de Cheques e operações “*Not On Us*” (realizadas em redes estrangeiras). De referir que, o valor total das transações superou o total registado em 2019.

Em resultado da estratégia de massificação do serviço de compras com cartões internacionais iniciada nos últimos anos, com vista a dotar o país, cada vez mais turístico, de uma rede de aceitação de cartões internacionais em todos os setores da atividade, estas apresentaram uma dinâmica interessante, ganhando peso relativamente aos levantamentos com os mesmos cartões nos Caixas Automáticos

O serviço *Acquiring* Internacional registou alguma recuperação, com o “novo normal” após a pandemia da COVID-19, tendo o número de operações aumentado 32,9 por cento quando comparado com o período homólogo, ainda aquém do registado em 2019 em 42 por cento.

Os Investimentos realizados totalizaram os 115,9 milhões de escudos, representando 12 por cento das receitas de exploração. A taxa de concretização dos investimentos ascendeu a 84,6 por cento.

O volume de negócios da sociedade totalizou 937,7 milhões de escudos e o Resultado Líquido fixou-se em 199,6 milhões de escudos, representando um acréscimo de 25,2 e 168,7 por cento, respetivamente, indiciando os efeitos da retoma das atividades em 2021.

Os Rendimentos totais atingiram 971,3 milhões de escudos, mais 23,5 por cento que em 2020, espelhando o aumento nas principais receitas dos serviços da SISP, nomeadamente nos serviços Vinti4, Visa e Mastercard.

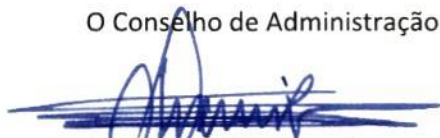
Os gastos totais ascenderam a 714,2 milhões de escudos, uma variação de 4,6 por cento, face aos valores de 2020, em resultado, sobretudo, do acréscimo dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, decorrentes dos gastos diretos e proporcionais associados às comissões por operação Visa, Mastercard e vinti4.

No final de 2021, o Capital Próprio registou um aumento de 20 por cento, mais 199,6 milhões de escudos em 2021, justificado pela não distribuição de dividendos em 2020 e o impacto do aumento do resultado líquido de 2021 em 119,9 milhões de escudos.

O Conselho de Administração agradece os colaboradores da SISP pelo empenho demonstrado ao longo do ano de 2021, assim como os Clientes, Fornecedores, Auditores, Instituições Financeiras pela confiança e colaboração que prestaram.

Ao Conselho Fiscal dirigimos uma palavra de apreço pelo apoio ao longo do exercício de 2021.

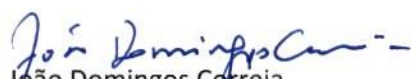
O Conselho de Administração



António Carlos Semedo



João de Deus Pires Asseiro



João Domingos Correia,



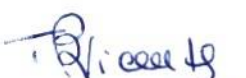
Manuel Fernando Monteiro Pinto



Paulo Jorge Lima



Soeli Santos



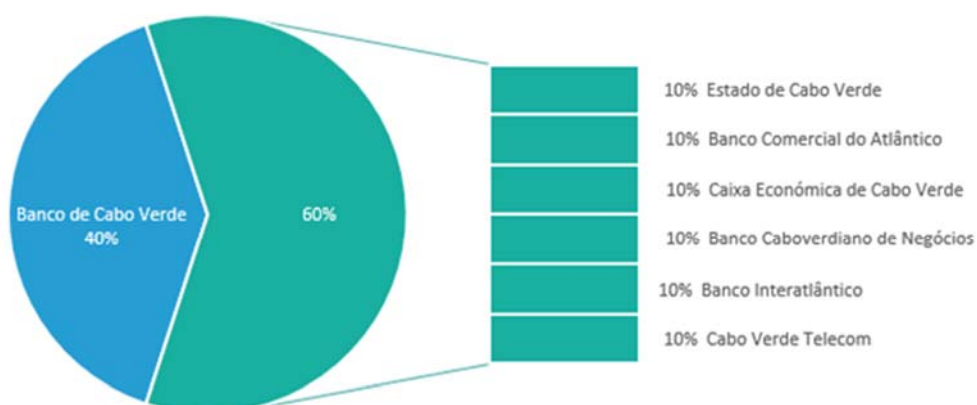
Teresa Lima Vicente

1. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

Estrutura dos Acionistas

A Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, abreviadamente designada SISP, é uma sociedade anónima com sede na Praia, ilha de Santiago, com um capital social de 100.000.000 escudos (cem milhões de escudos) totalmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações com valor nominal de mil escudos cada, detidas e distribuídas conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Cláudia Marisa Gomes Barros Mendes em representação do Estado de Cabo Verde até 11 de maio de 2021

José Henrique Alves Freire De Andrade em representação do Estado de Cabo Verde a partir de 11 de maio de 2021.

Secretários

Gilda Maria Medina Gomes, em representação do Banco de Cabo Verde

Américo Miranda Andrade, em representação do Banco Comercial do Atlântico

Conselho de Administração

Presidente

Teresa Cristina Brito Lima Barbosa Vicente, em representação do Banco de Cabo Verde

Administradores

António Carlos Moreira Semedo, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

Soeli Cristina Dias Santos, em representação do Estado de Cabo Verde

João de Deus Pires Asseiro, em representação do Banco Comercial do Atlântico

João Domingos de Barros Correia, em representação do Cabo Verde Telecom

Paulo Jorge Ferro R. de Oliveira Lima, em representação do Banco Caboverdeano de Negócios

Manuel Fernando Monteiro Pinto, em representação do Banco Interatlântico

Conselho Fiscal

Presidente

Manuel Sanches Tavares Junior, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

Vogais

Mónica Vitoria do Espírito Santo Correia Garcia, em representação do Banco Interatlântico

Ana Elisabeth Pires Carvalho Vicente, em representação do Banco Caboverdiano de Negócios

2. SUMÁRIO EXECUTIVO

A SISP tem como visão ser uma empresa de referência na área de sistemas de pagamentos, com uma prestação de excelência reconhecida pelos clientes e pela sociedade, através de uma política baseada nos seguintes princípios:

- Garantir a organização, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços e processos;
- Garantir a capacitação, a valorização e a satisfação contínua dos colaboradores;
- Assegurar parcerias estratégicas com fornecedores, entidades e parceiros críticos;
- Atender o cliente sempre com profissionalismo, cortesia e foco na solução, entregando os serviços com o prazo e a qualidade acordadas com o mesmo;
- Garantir alta disponibilidade, acessibilidade, segurança, eficácia e *compliance* dos serviços;
- Promover sistemas de pagamentos e de identificação modernos, inovadores, seguros e relevantes para toda a sociedade.

A atividade da empresa engloba o cumprimento de objetivos que visam a eficiência operacional, serviços de referência e a qualificação do capital humano.

A empresa deu continuidade a um conjunto de projetos iniciados em anos anteriores, nomeadamente nas áreas tecnológicas, de organização e de capacitação dos recursos, que permitiram alcançar maior eficiência nos processos internos, melhorar o suporte ao negócio e conseguir um serviço prestado ao cliente mais adequado ao mercado e às expectativas dos clientes.

O ano de 2021 foi marcado pela retoma gradual das atividades após um 2020 de confinamento e paralisação das atividades. Ainda num quadro de incerteza, as atividades em 2021 foram orientadas no sentido da continuidade de projetos e da melhoria contínua da qualidade dos serviços.

O projeto da nova sede, que pela sua complexidade exige um elevado nível de especialização e investimento, sofreu alterações a nível estrutural, no sentido de viabilizar a ambição de garantir a certificação Tier IV para a infraestrutura que será crítica para a economia do país, tendo sido concluídas as fases previstas dos projetos de especialidades, certificação de primeira fase junto do Uptime Institute, tendo ainda sido concluídas as primeiras fases de pré-seleção dos candidatos aos concursos de fiscalização e empreitada.

A nível da rede vinti4 foram concluídos vários projetos fundamentais para a modernização dos serviços de pagamentos nacionais, tais como:

- ✓ Dynamic Currency Conversion (DCC) com a entrada em produção efetiva do serviço nos ATM e preparação para a entrada numa segunda fase do serviço nos POS;
- ✓ Certificação pela Visa do ACS EMV 3DS Server;
- ✓ Ativação do Visa Secure (substituto do anterior *Verified By Visa*) pelos bancos emissores passando a permitir um reforço da segurança nas compras online com cartões Visa à semelhança dos mecanismos implementados para os cartões Mastercard e vinti4 desde 2020;
- ✓ Disponibilização do serviço de *tokenization* vinti4 que permite o armazenamento seguro de números substitutos derivados dos cartões vinti4 e gerados pela SISP após autorização segura do cliente para uso exclusivo num determinado sítio web para pagamentos recorrentes normalmente usados em serviços por assinatura;
- ✓ Certificação do *Account Funding Transfer* (AFT) junto da Visa disponibilizando aos bancos a infraestrutura para certificarem a receção de transferências através do *Visa Direct* para contas dos seus clientes bem como usar operações *Original Credit Transfer* (OCT) para iniciar transferências para outras contas ou cartões visa;
- ✓ Massificação da aceitação dos cartões *contactless* a nível dos POS;
- ✓ Disponibilização do serviço de compras a prestações nos POS aos bancos emissores com vista a dinamizar o uso de cartões de crédito e simplificar o acesso a produtos e serviços para os utilizadores e comerciantes;
- ✓ Disponibilização, aos bancos, do serviço de fidelização, mediante acumulação de pontos após compras que permitem posteriormente *cashback* ou compras com *vouchers* usando os pontos acumulados para os seus cartões mediante parcerias com comerciantes do programa;
- ✓ Disponibilização de novas versões das apps Televinti4 permitindo autenticação biométrica;
- ✓ Disponibilização de API para integração do Televinti4 com aplicações bancárias para compras nos POS a partir do *Mobile Banking* e apps de pagamentos de terceiros com pagamento integrados usando o Televinti4 no lugar dos tradicionais dados do cartão (PAN, Data Expiração e CVV2).

Os serviços de personalização de cartões mantiveram os níveis elevados de rigor e segurança demandados pelas renovadas certificações anuais exigidas pela Visa e Mastercard, com mais de 98% dos cartões produzidos em 24h.

Os serviços de manutenção e gestão de terminais prestados pelos técnicos dos centros da Praia, São Vicente, Boa Vista, Fogo, Sal e Santiago Norte mantiveram os níveis elevados de disponibilidade dos equipamentos vinti4, com cerca de 96% dos cerca de 1800 pedidos de intervenção ATM respondidos no prazo acordado de 24h, ao passo que a nível dos POS, dos mais de 1400 novos POS instalados em 2021, amiúde dos quase 700 desinstalados, cerca de 93% foram-no dentro do prazo e dos mais de 3200 pedidos de intervenção efetuados pelos

comerciantes, cerca de 97% foram atendidos dentro do prazo, confirmando a importância da estratégia adotada de alargamento da presença das equipas técnicas pelo território nacional.

A nível do centro de suporte 24h, o mesmo renovou a certificação *HDI-Support Center Certification* do Help Desk Institute continuando a ser à data, o único centro africano a alcançar tal feito. A equipa de front-office, atendendo aos mais de 9.400 POS, 209 ATM e 260.000 cartões, recebeu mais de 28 mil chamadas telefónicas, mais de 4.500 do que no ano anterior, com tempo médio de espera de 13 segundos e tempo médio de atendimento de cerca de 2 minutos e 53 segundos. A mesma equipa realizou cerca de 20 mil contactos para a reposição dos serviços nos ATM. A nível das reclamações e chargebacks, a equipa de backoffice analisou mais de 10.000 casos nas suas mais diversas vertentes (Fechos ATM e POS, Pagamentos e Recargas de Entidades de Serviço, Cartões nacionais das marcas vinti4, Visa, Mastercard, Cartões internacionais usados na rede vinti4, Compensação).

O novo serviço da *Public Key Infrastructure* (PKI) da SISP sofreu importantes desenvolvimentos, com o programa de faturação eletrónica lançado pela Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE) usando certificados digitais gerados pela infraestrutura de chaves públicas da SISP com cerca de 1,3M de certificados diversos emitidos, bem como o lançamento da aplicação de assinatura digital da SISP para uso dos certificados da SISP, com possibilidade de integração com sistemas terceiros e compatível com o Cartão Nacional de Identificação, estando em curso os processos de integração com diversas entidades englobando o setor bancário e público para a desmaterialização segura e certificada dos seus processos.

Os serviços da SWIFT continuaram o processo de desenvolvimento, tendo havido a certificação pela SWIFT de técnicos especialistas IT bem como diversas melhorias a nível dos processos, nomeadamente com o cumprimento do calendário de atualizações de segurança, a transferência da gestão de certificados de acesso para os bancos com reforço da autonomia ou a disponibilização da primeira versão do sistema de informações estatísticas de cada participante e do ecossistema nacional para melhor perceção do posicionamento de mercado.

A nível dos sistemas de informação e segurança, foram implementadas diversas melhorias de segurança, tais como:

- ✓ Migração do sistema de transferência de ficheiros para uma solução mais robusta a nível de segurança, estabilidade e integração;
- ✓ Reforço da capacidade de comunicação entre os data centers da SISP visando nova abordagem de alta disponibilidade de serviços;
- ✓ Alargamento da virtualização de servidores a vários níveis;
- ✓ Reforço dos processos de monitorização e deteção automatizada de incidentes na infraestrutura tecnológica;
- ✓ Certificação de novos equipamentos de comunicação redundante para ATM;

- ✓ Migração dos módulos de segurança criptográficos;
- ✓ Melhoria contínua dos processos de backups;
- ✓ Reforço dos sistemas de segurança físicos e lógicos;
- ✓ Instalação de toda a nova infraestrutura de testes para a implementação do novo serviço de Core Banking as a Service;
- ✓ Seguimento dos planos de continuidade de negócios;
- ✓ Renovação das certificações críticas de segurança, nomeadamente PCI-DSS, PCI-CP e 3DS.

A nível das atividades de controlo interno, houve a continuidade dos trabalhos das áreas de Auditoria Interna, Risco & Qualidade e Jurídico & Compliance nas atividades de controlo transversal aos processos da empresa com os ajustes necessários ao seu melhor desempenho, tendo sido cumpridos os planos anuais de auditorias internas e externas, acompanhamento contínuo do sistema integrado de gestão e renovação das certificações ISO de Qualidade (9001), Segurança da Informação (27001) e Continuidade de Negócios (22301), acompanhamento dos testes de continuidade de negócios, acompanhamento das atualizações legais e regulamentares com impacto nas atividades da SISP e suporte jurídico nos diversos processos internos.

A nível da modernização da infraestrutura de gestão, foram efetuados vários desenvolvimentos internos no sentido de garantir melhorias significativas na automação de processos de negócio, incluindo a robotização de processos financeiros como lançamento de faturas, gestão de stock ou reconciliação, a adequação de todo o sistema de faturação ao novo modelo de e-Fatura da DNRE, tendo ainda sido desenvolvidos vários módulos novos nas diferentes plataformas de interação com os clientes para o pedido de novos serviços e a sua monitorização, controlo estatístico, faturação, reconciliação e integração de sistemas, sendo neste último caso, as recargas de contadores de energia pré-paga um exemplo de destaque. O sistema interno de workflow de processos foi significativamente melhorado para permitir maior autonomia das equipas na criação de processos automáticos auto-documentados, incluindo a criação de recursos críticos por atividade e de indicadores automáticos de monitorização de performance e integração em tempo real com o sistema de gestão de riscos.

O novo sistema de gestão de reclamações teve grandes avanços, devendo ser concluído no primeiro semestre de 2022, passando a permitir a automação das análises e respostas com base num sistema de regras, incluindo a configuração dos prazos máximos de resposta monitorizados em tempo real com notificações automáticas para o cumprimento das novas regras de reclamações da SISP e do BCV. Foi desenvolvido um novo módulo para a compensação de Grandes Montantes da câmara de compensação de Transferência Eletrónicas de Fundos, incluindo a gestão de integração dos bancos à plataforma do SGDL do BCV através de web services.

Foram ouvidos os clientes, tanto através de encontros e contatos diretos como através de inquéritos de satisfação permanentes e periódicos, continuando a empresa a receber avaliações positivas dos clientes não obstante as sugestões de melhorias identificadas e prontamente absorvidas para as implementações necessárias, foram feitas apresentações de serviços junto dos bancos bem como divulgados novos serviços junto dos clientes através de boletins técnicos informativos, portais da SISP e meios de comunicação social.

Os colaboradores foram treinados, avaliados, progredidos e premiados de acordo com as políticas em vigor de gestão estratégica do capital humano, tendo ainda sido como habitualmente, auscultados através de inquéritos de clima laboral, com resultados bastante satisfatórios que revelam o engajamento da dinâmica equipa da SISP para enfrentar os desafios de modernização e transformação do sistema de pagamentos nacional, permitindo concomitantemente perceber as suas principais preocupações e sugestões para a melhoria contínua das condições laborais e produtivas.

3. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL E NACIONAL

De acordo com o Banco Mundial o crescimento global em 2021 deve fixar-se em 5,5 por cento, em comparação com os 3,4 por cento negativos registados em 2020, havendo pela mesma fonte, a previsão para a desaceleração da economia global nos próximos anos, com impacto particularmente indesejável nas economias em desenvolvimento, dada a sua maior vulnerabilidade e menor resiliência económica.

Com o aumento das taxas de vacinação e as imunidades graduais de grupo, a pandemia da COVID-19, caminha para endemias controladas, não obstante as novas variantes do Sars-Cov-2 manterem perturbações a nível global, com impactos económicos significativos decorrentes da redução da atividade produtiva e da movimentação de pessoas e bens.

O aumento dos gastos públicos e significativo endividamento que os países em desenvolvimento tiveram desde 2020, para suporte às famílias e empresas, numa conjuntura de perda acentuada de receitas fiscais, prefigura um quadro pós-pandémico cheio de incertezas a nível das políticas públicas considerando o sobre-endividamento e a sua eventual impossibilidade de renegociação junto dos principais credores internacionais, com riscos elevados na capacidade efetiva e atempada de implementação de políticas contra-cíclicas para o reforço do setor privado, a retoma da economia e o controlo da inflação.

Em relação ao turismo, de acordo com o *World Tourism Organization*, houve um crescimento de 4% a nível global, mantendo-se, todavia, as estadias (*overnight visitors*) em valores 72% abaixo do período pré-pandémico. O mercado europeu, na qualidade de parceiro privilegiado de relações comerciais e principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde teve um crescimento mais significativo do que a média global, com 19% de crescimento comparativamente a 2020, não obstante os valores muito aquém dos existentes antes da pandemia, porém suficientes para permitir o arranque gradual das atividades nas principais ilhas turísticas do país, com impacto direto na atividade de *acquiring*.

Num contexto de multilateralismo político e económico, as guerras comerciais e as incertezas políticas, decorrentes principalmente das fricções entre países-chave do G20, tiveram um impacto significativo na cadeia de produção e no condicionamento da oferta ditando alterações profundas a nível dos preços e das estratégias de negócio, com impacto direto, a nível da SISP, na aquisição e importação de equipamento tecnológico essencial às diversas atividades.

As marcas deixadas pela COVID-19 revelam-se mais persistentes do que a própria pandemia, pelo seu impacto de médio e longo prazos. A garantia de acesso universal às vacinas e o apoio económico inicial às realidades mais vulneráveis são os principais determinantes da redução das disparidades para uma retoma equilibrada da economia global. Com a flexibilização das restrições em 2021, a demanda acelerou, mas a oferta tem reagido de forma mais lenta. Por outro lado, a aceleração forçada da digitalização da economia permitiu uma mudança de mentalidades e processos para a inauguração de uma nova era da humanidade, que deverá trazer várias oportunidades de negócio, aumento de eficiência e redução de custos económicos e ecológicos.

A nível nacional os indicadores e estatísticas disponíveis sugerem um desempenho favorável da economia para 2021.

Segundo dados apresentados pelo Banco de Cabo Verde, as previsões apontam para um crescimento do PIB de 6,6 por cento em 2021 e uma inflação a rondar os 1.6%.

A melhoria do crescimento económico, segundo aquela instituição advém não só do efeito base, mas também da envolvente externa que permitiu a reabertura gradual das economias dos principais parceiros, devido ao avanço do programa de vacinação, tanto interno como externo. A vacinação interna, uma das maiores de toda África, permitiu atrair a confiança dos turistas, dos investidores e dos emigrantes.

Segunda a mesma fonte, embora as perspetivas mais recentes afigurem-se animadoras, com a evolução recente mais favorável e alguma retoma do turismo, ao longo do quarto trimestre do ano, as incertezas que ainda rodeiam o processo de recuperação económica, exacerbadas pelo das novas variantes Sars-CoV-2, pelas pressões inflacionistas e pelos constrangimentos e escassez do lado da oferta a nível internacional, justificam que a autoridade monetária continue atenta à evolução dos riscos macrofinanceiros e a reforçar os seus mecanismos de acompanhamento e de mitigação dos seus efeitos na economia nacional, condições necessárias para a retoma sustentada do progresso económico e social do país.

A taxa de inflação anual em Cabo Verde, no ano de 2021, situou-se em 1,9 por cento, superior em 1,3 pontos percentuais à taxa de 2020, que foi de 0,6%, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). A taxa de variação acumulada do *Índice de Preço de Consumidor (IPC)* foi de 5,4%, taxa superior em 6,3 p.p. à observada no mês homólogo do ano anterior.

4. PLANO DE PREVENÇÃO E CONTINGÊNCIA À COVID-19

Em conformidade com as regras definidas pelo Governo de Cabo Verde, a SISP deu continuidade a um conjunto de medidas para assegurar a prossecução das suas atividades, nomeadamente o teletrabalho (para todos os seus colaboradores em simultâneo ou em regime rotativo) e a adaptação das suas instalações para possibilitar a execução em segurança das tarefas que requeressem a presença física dos colaboradores. Neste contexto, a atividade da Sociedade continuou a ser assegurada sem constrangimentos que pudessem impedir a realização das atividades necessárias ao seu normal funcionamento.

Foi implementado um conjunto de medidas ao longo do ano para prevenir e mitigar os riscos da pandemia, com base em 3 eixos fundamentais:

1. Proteger os colaboradores e garantir a continuidade operacional:
 - a. Turnos rotativos
 - b. Teletrabalho
 - c. Transporte de colaboradores
 - d. Plano de retoma
2. Apoiar os clientes e parceiros com isenção de taxas
 - a. Bancos – continuidade com a isenção de cobrança das transferências interbancárias via *Internet Banking*
3. Soluções para apoio nas medidas de segurança
 - a. Prorrogação das datas de expiração dos cartões
 - b. Cartão na hora
 - c. Cartão virtual
 - d. Plataforma de pagamentos shopvinti4 e *easylink* para compras online
 - e. Cartões *contactless*
 - f. Televinti4 para associação de cartões bancários a app que permite levantar dinheiro e pagar sem cartão

Os investimentos e incentivos no âmbito da resposta direta à COVID-19, permitiram reduzir significativamente o impacto nas atividades, tendo sempre como objetivo primordial, a preservação do ativo mais importante que é a saúde dos colaboradores, parceiros e clientes.

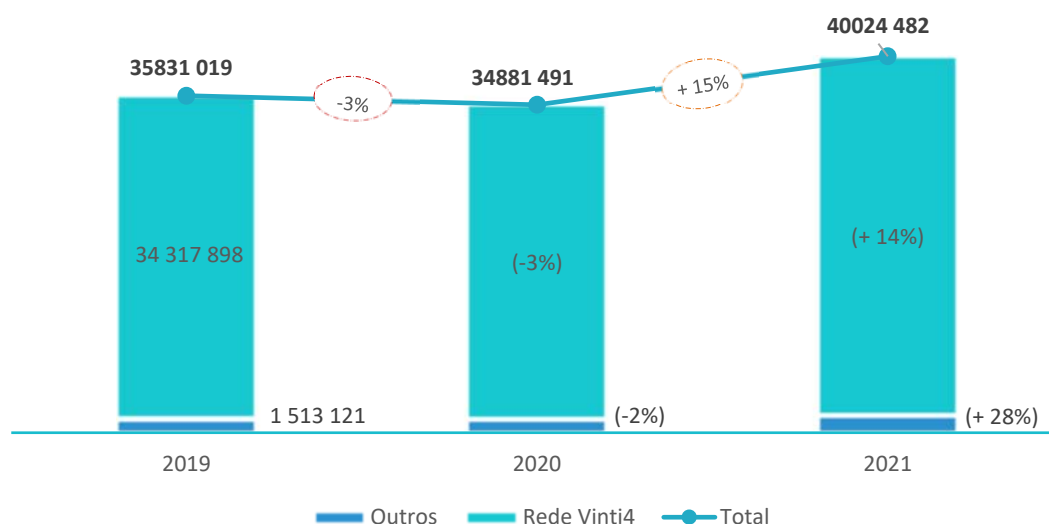
5. ATIVIDADES DA EMPRESA

5.1 Processamento de transações e gestão de rede

Em 2021, a pandemia da COVID-19 continuou a afetar alguns setores de atividade, no entanto a nível das atividades da SISP, nomeadamente nas transações de uma forma geral, como se encontra espelhado nos diversos quadros e gráficos que seguem, registou-se uma melhoria bastante significativa.

Em 2021 foram processadas cerca de 40 milhões de operações, um acréscimo de 15 por cento face a 2020, tendo havido um crescimento de 14 por cento na rede vinti4 e de 28 por cento nos outros sistemas, nomeadamente, TEF, Telecompensação de Cheques e operações “*Not On Us*” (realizadas em redes estrangeiras). O valor total das transações superou o total registado em 2019.

Gráfico 2: Transações processadas pela SISP



5.2 Perfil da rede vinti4

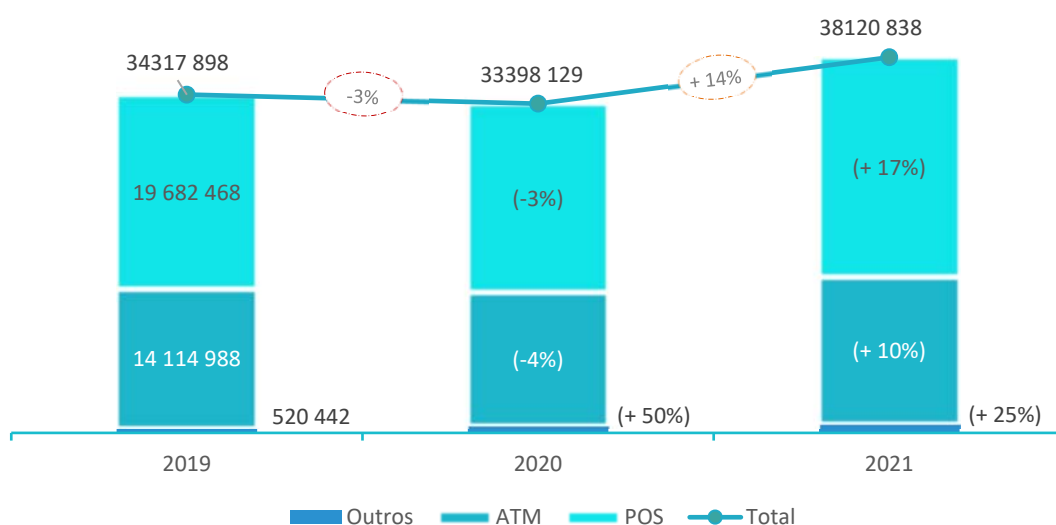
As transações na rede vinti4 registaram um acréscimo de 14 por cento fixando-se em 38,1 milhões de operações contra 33,3 milhões em 2020, total superior a 2019 que foi de 34,3 milhões de operações.

Os canais ATM e POS retomaram a tendência de crescimento, com o ritmo habitual pré COVID-19, um aumento de 10 por cento e 17 por cento respetivamente.

O canal POS continua a ser o mais utilizado com um peso de 58 por cento, enquanto que, o canal ATM representa 39 por cento.

As transações em “outros canais” nomeadamente PC, Host to Host (Internet Banking) e Telemóvel registaram um aumento considerável de 25 por cento, passando a representar 3 por cento das transações na rede, devido ao período de confinamento onde as pessoas passaram a utilizar mais esses canais.

Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4



No concernente ao valor transacionado, em 2021 o volume no POS continua a ser superior ao do ATM, atingindo os 58.155 milhões de escudos, com uma variação positiva de 21,5 por cento, face ao período homólogo.

Segue o ATM com 49.311 milhões de escudos, e em último o serviço do PC, Telemóvel e H2H, com 2.663 milhões de escudos, para os quais contribuem, maioritariamente, as operações de pagamentos ao Estado e pagamento de serviço.

O volume transacionado nos ATM registaram um aumento de 14,4 por cento e por sua vez as transações noutros canais, um acréscimo bastante positivo de 66,3 por cento.

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vintí4 2021

(em milhões de escudos)						
	2019	2020	2021	Variação		Peso 2021
				2019/2020	2020/2021	
POS	54 795	47 874	58 155	-12,6%	21,5%	52,8%
ATM	48 327	43 092	49 311	-10,8%	14,4%	44,8%
Outros ¹	1 272	1 602	2 663	26,0%	66,3%	2,4%
REDE	104 394	92 568	110 129	-11,3%	19,0%	100,0%

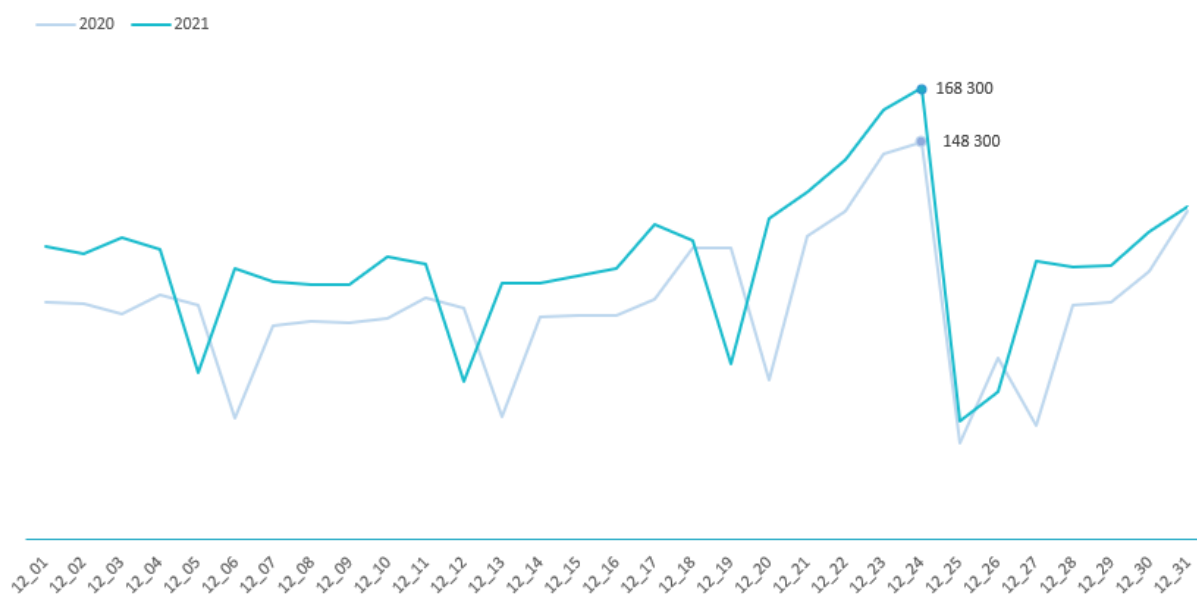
¹Telemóvel, PC e H2H

Os dados do mês de dezembro reforçam o quadro da evolução positiva que a utilização dos instrumentos de pagamento tem alcançado, desde o final do período de confinamento, ainda que enfrentando todos os condicionantes do “novo normal”. Nesse mês, foram processadas na rede vintí4 3.203,4 mil transações, provenientes de Levantamentos, Compras, Pagamento de Serviço, pagamento Web, Recargas, Transferências e Depósitos, registrando mesmo assim um acréscimo com relação ao ano transato, de 18 por cento.

Como já é habitual, o pico ocorreu no dia 24 de dezembro onde se processou um total de 148 mil transações, valor equivalente ao do ano anterior.

Os canais POS e ATM em dezembro processaram mais transações do que em 2020 cerca de 18,3 por cento e 8,2 por cento respetivamente.

Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2021



Com relação ao número de terminais ligados à rede, tem-se assistido a uma evolução moderada do número de POS ativos nos últimos 3 anos, fixando-se em 9.564 POS no final de 2021, com um crescimento de 10 por cento (mais 879 terminais) quando comparado com o período homólogo. Por sua vez, o número de ATM registou uma evolução positiva de 4,5 por cento, com mais 9 terminais do que o ano transato, justificado pela retoma das atividades em alguns estabelecimentos hoteleiros onde são alojados.

O número de cartões produzidos fixou-se em 134.676, com uma variação positiva de 3 por cento (mais 4.531 cartões), enquanto o número de cartões ativos na rede registou uma variação negativa de 2%, menos 5.638 cartões, quando comparado com o período homólogo.

A variação negativa a nível de cartões ativos está relacionada com a prorrogação das datas de expiração dos cartões, aplicada pelos bancos a partir do segundo trimestre de 2020 devido à pandemia e restrições de deslocação às agências bancárias.

Gráfico 5: Terminais e Cartões



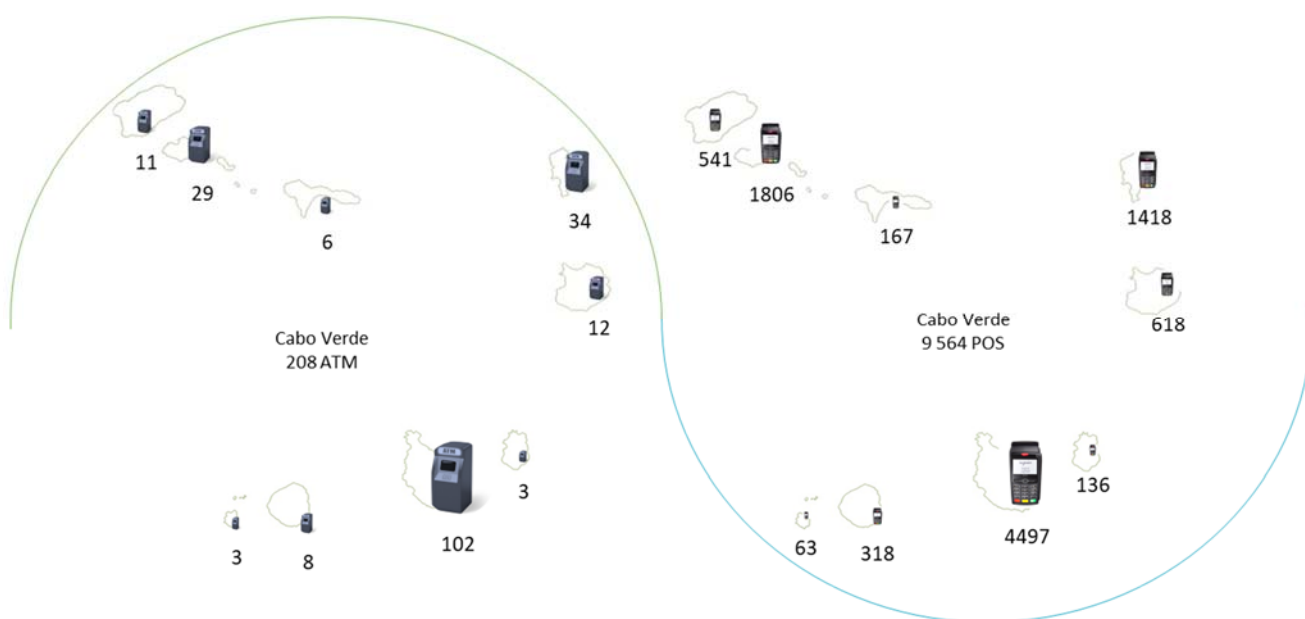
5.3 Abrangência Geográfica

A penetração dos Caixas Automáticos por várias localidades do país continua positiva, com mais 9 terminais ativos em relação ao ano anterior, resultado da retoma das atividades nos estabelecimentos hoteleiros. A ilha de Santiago representa 49 por cento do parque.

Os POS's encontram-se maioritariamente instalados na ilha de Santiago, com 47 por cento do total de terminais instalados, seguindo-se as ilhas de São Vicente e do Sal, com 18,8 e 14,8 por cento, respetivamente.

O número total de terminais POS instalados no final de 2021 ascendia a 9.564.

Gráfico 6: Abrangência Geográfica dos Terminais



5.4 Caixa Automático

Os Caixas Automáticos registaram 14,8 milhões de transações, com 44,8 por cento das transações da rede, um acréscimo de 10 por cento em relação ao ano transato.

A transação de levantamento continua a ser a mais realizada no canal, com 50,6 por cento do peso seguida de consulta de saldo e de movimentos, com 34,5 e 10 por cento, respetivamente.

Tabela 2: Operações em Caixas Automático

	2019	2020	2021	Variação		Peso 2021
				2019/2020	2020/2021	
Levantamento	7 829 231	6 795 409	7 520 880	-13,2%	10,7%	50,6%
Depósito	0	425	3 392		698,1%	0,0%
Consulta de Saldo	4 366 471	4 675 826	5 137 056	7,1%	9,9%	34,5%
Recargas	349 278	338 305	318 300	-3,1%	-5,9%	2,1%
Consulta de Movimentos	1 345 136	1 373 988	1 471 022	2,1%	7,1%	9,9%
Outros	224 872	348 968	422 791	55,2%	21,2%	2,8%
Total	14 114 988	13 532 921	14 873 441	-4,1%	9,9%	100,0%

A média de cada levantamento em Caixa Automático em 2021 foi de 5.623 escudos, valor equivalente à registrada em 2020, de 5.618 escudos.

5.5 Pagamento Automático

A rede de POS sustentou a tendência de crescimento apresentada nos últimos anos, com um aumento de 879 terminais face a 2020, fechando o ano com 9.564 terminais instalados no país, abrangendo os mais diversos setores de atividade.

O número total de operações nos POS atingiu os 22,2 milhões, 16,7 por cento acima do registrado em 2020, no total de 19 milhões.

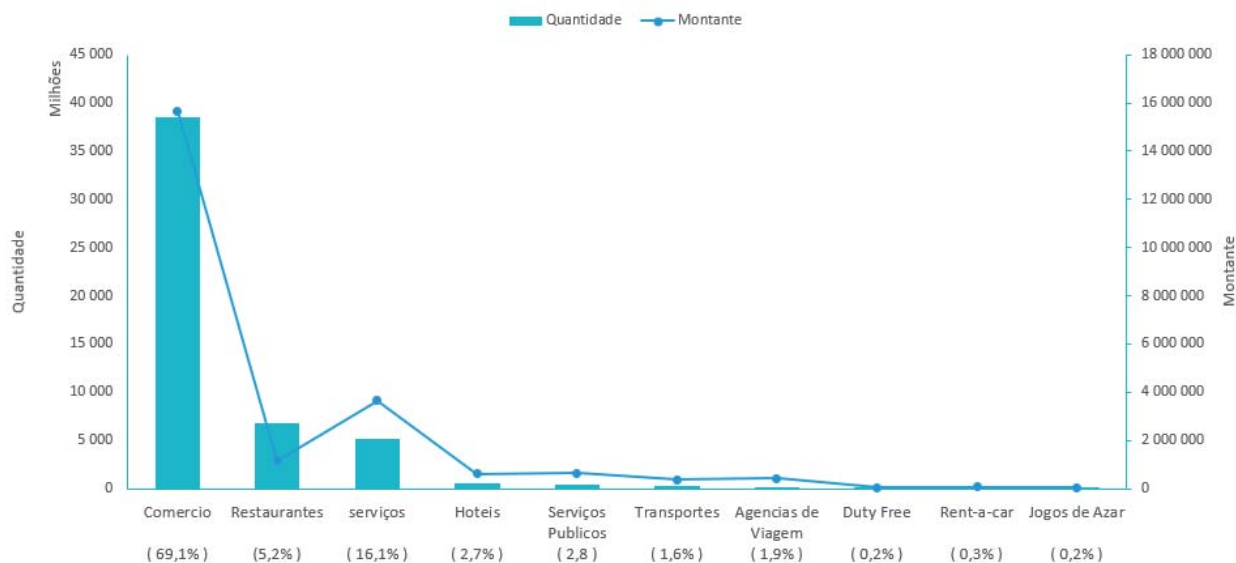
As transações de compra são as mais frequentes no canal, representando 93,5 por cento das transações POS em 2021, com um crescimento registrado de 17,2 por cento com relação ao ano transato.

Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático

	2019	2020	2021	Variação		Peso 2021
				2019/2020	2020/2021	
Compras	18 385 581	17 783 335	20 833 712	-3,3%	17,2%	93,5%
Recargas	104 715	211 365	153 077	101,8%	-27,6%	0,7%
Consulta de Saldo	1 100 589	997 532	1 087 412	-9,4%	9,0%	4,9%
Outras Operações	91 583	93 765	201 056	2,4%	114,4%	0,9%
Total	19 682 468	19 085 997	22 275 257	-3,0%	16,7%	100,0%

O setor do comércio continuou a ser o dominante em 2021, no que diz respeito aos pagamentos efetuados, com 69 por cento, sucedido de Serviços com 16 por cento.

Gráfico 7: Compras por Ramo de Atividade



O pagamento com cartão continua a merecer a preferência dos clientes da rede, tendo o rácio Compra/Levantamento aumentado de 262 por cento em 2020, para uma média de 277 por cento em 2021.

A média das Compras em 2021 no POS foi de 2.719 escudos por compra, valor superior ao registado no ano anterior, de 2.633 escudos, sugerindo que os caboverdianos usam cada vez mais o cartão para compras de baixo valor em substituição do dinheiro vivo.

5.6 Acquiring Internacional

O serviço *Acquiring* Internacional registou alguma retoma, com o “novo normal” após a pandemia da COVID-19, um ligeiro aumento a nível de número de operações de 32,9 por cento quando comparado com o período homólogo, pese embora ainda muito inferior ao registado em 2019 em 42 por cento.

O número de transações registadas em 2021, foi de 727.814, sendo que em 2020 esse número foi de 547.690 operações. A retoma foi mais expressiva no verão e nos dois últimos meses de 2021. O número total de operações registadas em 2019 foi de 1.250.555.

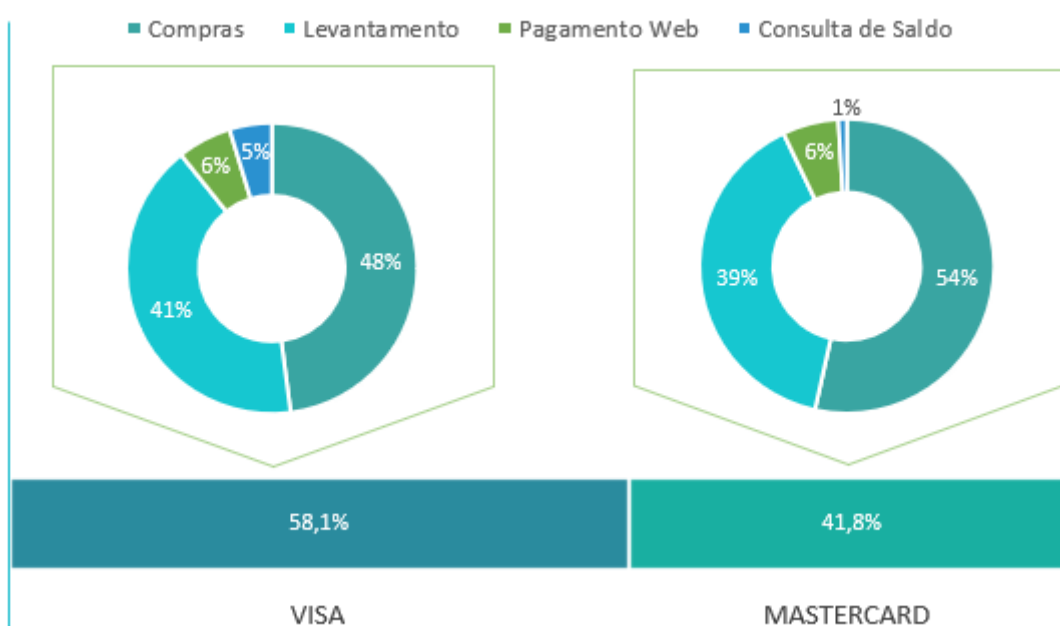
Com relação ao volume transacionado, registou-se um aumento de 20 por cento, em relação a 2020.

As operações com cartões Visa representam 58 por cento das transações com cartão internacional, contra 41,8 por cento do registado com cartão Mastercard. Em 2021 foram

registadas 1.337 operações com cartão AMEX, sendo que em 2020 esse registo foi de 203 operações. A percentagem das operações AMEX é de 0.2 por cento no total das operações com cartão internacional.

As compras com cartões internacionais estão cada vez mais, a ganhar peso com relação aos levantamentos com os mesmos cartões nos Caixas Automáticos, como resultado da estratégia de massificação desse serviço iniciado nos últimos anos, com vista a dotar o país, cada vez mais turístico, de uma rede de aceitação de cartões internacionais em todos os setores da atividade.

Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2021



5.7 Pagamento de Serviço

A funcionalidade Pagamento de Serviço continua a ser o serviço que mais cresceu a nível de número de transações, registando um aumento acima dos 69,8 por cento no número de transações e na ordem dos 56,9 por cento no volume, quando comparado com o período homólogo. Esse serviço foi muito utilizado durante a pandemia, e por valores unitários cada vez menores.

A média por pagamento em 2021 foi de 8.342 CVE e em 2020 tinha sido de 9.028 CVE.

Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço

	2019	2020	2021	Variação	
				2019/2020	2020/2021
Quantidade	188 453	266 490	452 374	41,4%	69,8%
Montante (milhões de escudos)	2 902	2 406	3 774	-17,1%	56,9%

5.8 Venda de Recargas

Após um crescimento bastante significativo com a pandemia em 2020, a venda de recargas estabilizou em 2021 com um decréscimo moderado na ordem de um por cento, tanto no número de operações como no volume, no entanto, com transações em proporções ainda bastante significativas.

Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel

	2019	2020	2021	Variação	
				2019/2020	2020/2021
Quantidade	815 730	1 095 038	1 080 820	34,2%	-1,3%
Montante	455 533 726	587 356 061	580 113 581	28,9%	-1,2%

5.9 Pagamento Web

O pagamento Web registou um acréscimo de 18 por cento no número de operações e 91,5 por cento no valor em 2021 quando comparado com o período homólogo. O acréscimo deve-se essencialmente à retoma de transações com cartões internacionais, com a retoma do turismo e atividade aeroportuária.

Tabela 6: Operações Pagamento Web

	2019	2020	2021	Variação	
				2019/2020	2020/2021
Quantidade	67 996	69 407	82 273	2,1%	18,5%
Montante	497 231 035	217 553 281	416 658 735	-56,3%	91,5%

5.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF)

O Serviço TEF continua com a tendência de crescimento, registada no ano anterior com um aumento de 39,9 por cento no número de operações e 13 por cento no volume transacionado.

O aumento pode estar relacionado com a SISP ter isentado os bancos nas operações feitas via Internet Banking a partir do 2º trimestre 2020 e durante todo o ano de 2021.

Tabela 7: Operações Transferência Eletrônica de Fundos

	2019	2020	2021	Variação	
				2019/2020	2020/2021
Quantidade	739 958	891 997	1 248 060	20,6%	39,9%
Montante (milhões de escudos)	158 687	129 511	146 723	-18,4%	13,3%

5.11 Compensação de Cheques

O serviço compensação de cheques registou uma variação positiva moderada no número de operações em 3,8 por cento e tendência decrescente no volume transacionado de 1,3 por cento, quando comparado com 2020.

Tabela 8: Operações Compensação de Cheques

	2019	2020	2021	Variação	
				2019/2020	2020/2021
Quantidade	301 060	254 959	264 679	-15,3%	3,8%
Montante (milhões de escudos)	72 806	64 330	63 500	-11,6%	-1,3%

5.12 Serviço SWIFT

A SISP terminou a certificação SWIFT com listagem oficial na lista internacional de *service bureaux* da SWIFT em 2020 (um dos sete a nível do continente africano).

Em 2021 o serviço registou um aumento expressivo no número de mensagens enviadas em 222 por cento e nas mensagens recebidas um aumento de 8,6 por cento, quando comparado com o ano anterior.

Tabela 9: Operações SWIFT

	2019	2020	2021	Variação	Peso
				2019/2020	2020/2021
Mensagens Enviadas	89 666	86 668	279 046	-9,8%	222,0%
Mensagens Recebidas	258 433	247 982	269 185	-3,4%	8,6%
Total	348 099	334 650	548 231	-5,1%	63,8%

5.13 Serviço de Certificados Digitais

O serviço PKI (Public Key Infrastructure), com emissão de certificados digitais, teve em 2021 com a parceria SISP-Estado na implementação do serviço de efatura, um crescimento bastante positivo no nº de emissões, conforme segue:

Descrição	2021	2020
Autenticação Web	31	3
Assinatura Qualificada Individual	11	0
Assinatura Qualificada Representação Pessoa Colectiva	1	4
Selo Electrónico	713	1
Autenticação Individual	1	4
Selo Temporal	1 299 836	0
Total	1 300 593	12

5.14 Infraestruturas e Tecnologia

Em termos de infraestrutura e tecnologia, a SISP continuou a investir esforços significativos no sentido da procura incessante pelo alinhamento com as melhores práticas internacionais nas áreas de segurança, continuidade e qualidade de serviço.

A nível dos sistemas de informação e segurança, foram implementadas diversas melhorias de segurança:

- Capacidade e gestão de processos, com a migração do sistema de transferência de ficheiros para uma solução mais robusta a nível de segurança estabilidade e integração;
- Reforço da capacidade de comunicação entre os data centers da SISP visando nova abordagem de alta disponibilidade de serviços;
- Alargamento da abordagem de virtualização de servidores a vários níveis;
- Reforço dos processos de monitorização e deteção automatizada de incidentes na infraestrutura tecnológica;
- Certificação de novos equipamentos de comunicação redundante para ATM;
- Migração dos módulos de segurança criptográficos;
- Melhoria contínua dos processos de backups;
- Reforço dos sistemas de segurança físicos e lógicos;
- Instalação de toda a nova infraestrutura de testes para a implementação do novo serviço de *Core Banking as a Service*;
- Seguimento dos planos de continuidade de negócios, renovação das certificações críticas de segurança, nomeadamente PCI-DSS, PCI-CP e 3DS.

O projeto da nova sede, que pela sua complexidade exige um elevado nível de especialização e investimento, sofreu alterações a nível estrutural no sentido de viabilizar a ambição de

garantir a certificação Tier IV para a infraestrutura que será crítica para a economia do país, tendo sido concluídas as fases previstas dos projetos de especialidades, certificação de primeira fase junto do Uptime Institute, tendo ainda sido concluídas as primeiras fases de pré-seleção dos candidatos aos concursos de fiscalização e empreitada.

O novo serviço da *Public Key Infrastructure* (PKI) da SISP sofreu importantes desenvolvimentos, com o programa de faturação eletrónica lançado pela Direção Nacional das Receitas do Estado (DNRE) usando certificados digitais gerados pela infraestrutura de chaves públicas da SISP com cerca de 1.3M de certificados diversos emitidos, bem como o lançamento da aplicação de assinatura digital da SISP para uso dos certificados da SISP, com possibilidade de integração com sistemas terceiros e compatível com o Cartão Nacional de Identificação, estando em curso os processos de integração com diversas entidades englobando o setor bancário e público para a desmaterialização segura e certificada dos seus processos.

Os serviços da SWIFT continuaram o processo de desenvolvimento, tendo havido a certificação pela SWIFT de técnicos especialistas IT bem como diversas melhorias a nível dos processos, nomeadamente com o cumprimento do calendário de atualizações de segurança, a transferência da gestão de certificados de acesso para os bancos com reforço da autonomia ou a disponibilização da primeira versão do sistema de informações estatísticas de cada participante e do ecossistema nacional para melhor perceção do posicionamento de mercado.

5.14 Capital Humano

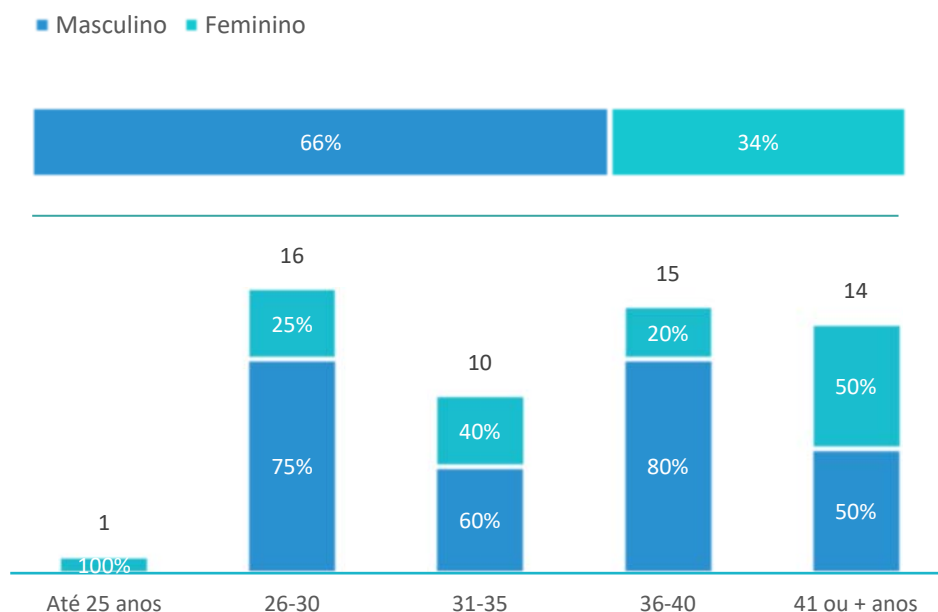
Em 31 dezembro 2021, o quadro do pessoal fixou-se em 56 colaboradores, mais cinco do que em 2020. Foi enquadrado um estagiário para a categoria de colaborador e registaram-se mais cinco novas contratações, sendo uma em substituição de um técnico demissionário no mesmo ano.

A estrutura do pessoal continua distribuída por quase todo o país, mais precisamente, na Praia e delegações de São Vicente\Santo Antão, Sal, Boa Vista, Fogo\Brava e Santiago norte. A sede, na Praia, contém 88 por cento dos colaboradores.

Mantém-se a predominância de técnicos do sexo masculino na empresa em cerca de 66 por cento.

A nível de estrutura etária e género, os colaboradores estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 9: Estrutura etária e Género



5.15.1 Desenvolvimento e Formação

Dando seguimento à política de desenvolvimento do seu capital humano, a SISP apostou fortemente na formação dos seus colaboradores, dando preferência às formações *online* devido às restrições impostas pela pandemia. Foram realizadas nove ações de formação e várias sessões *online* e estiveram abrangidas cerca de 74 participações. Adicionalmente foram

ministradas cinco formações internas onde participaram um total de 56 participantes, havendo colaboradores que participaram em mais do que uma sessão de formação.

Tabela 10: Listagem das formações realizadas em 2021

Cursos	Participações	Área
Mestrado de Engenharia de Sistemas e Informática 1º Ano	2	Gestão de Operações
Mestrado em Gestão das Instituições Financeiras 1º Ano	1	Administrativa-Financeira
EDB Training Services	2	Sistema de Informação
Oracle Database 12c: Backup and Recovery Workshop	1	Sistema de Informação
Understanding Transaction Processing: Authorization, Clearing, and Settlement	1	Sistema de Informação
The Implementation of COBIT and How Internal Audit will use the Framework	1	Auditoria Interna
Academy On Web – Mastercard (diversos/contínuo)	62	Administrativa-Financeira/Gestão de Operações e Gestão de Produtos e Serviços & Clientes
Certificações Project Management PRINCE2® Foundation Certificate/ Agile	2	Direção e Gestão de Produtos e Serviços & Clientes
Certificações IT Service Bureau da SWIFT	2	Sistema de Informação
Total	74	

5.15 Gestão de Risco e Controlo Interno

A nível das atividades de controlo interno, houve a continuidade dos trabalhos das áreas de Auditoria Interna, Risco & Qualidade e Jurídico & Compliance nas atividades de controlo transversal aos processos da empresa com os ajustes necessários ao seu melhor desempenho, tendo sido cumpridos os planos anuais de auditorias internas e externas, acompanhamento contínuo do sistema integrado de gestão e renovação das certificações ISO de Qualidade (9001), Segurança da Informação (27001) e Continuidade de Negócios (22301), acompanhamento dos testes de continuidade de negócios, acompanhamento das atualizações legais e regulamentares com impacto nas atividades da SISP e suporte jurídico nos diversos processos internos.

5.16 Investimento

Os Investimentos realizados em 2021 totalizaram os 115,9 milhões de escudos, representando 12 por cento das receitas de exploração, percentagem equivalente a 2020 cujo valor ascendeu aos 91 milhões de escudos.

Os investimentos incluem, fundamentalmente, a aquisição de terminais de pagamentos, equipamentos e *software*, para o reforço da alta disponibilidade, *hardware* (servidores, processadores) e aquisição de duas viaturas, uma para assuntos administrativos com transferência da anterior para a equipa IT de piquete 24h e outra em substituição da viatura da delegação do Fogo.

Tabela 11: Investimento

Descrição	Previsto	Executado	Tx Concretização
Software	28 765 070	18 838 473	65,5%
Equipamentos	88 400 000	79 906 745	90,4%
Viaturas	2 500 000	2 473 965	99,0%
Sub-Total	119 665 070	101 219 183	84,6%
Projecto e Início da Obra (40%)	152 012 918	14 694 700	
Total	271 677 988	115 913 883	

O financiamento foi efetuado na sua totalidade com recursos e fundos próprios da SISF.

6. ANÁLISE FINANCEIRA

O ano de 2021 foi marcado pela retoma gradual das atividades após um 2020 de confinamento e paralisação das atividades devido à pandemia de covid-19. À semelhança do que foi registado a nível de transações, registou-se um aumento a nível de rendimentos que traduziu-se em melhores resultados do exercício, no entanto, ainda inferiores aos registados em 2019, ano antes da COVID-19.

A análise económica e financeira da empresa, tendo por base as demonstrações financeiras, sintetiza os resultados alcançados pela SISP no ano da retoma dentro da nova normalidade, bem como, a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021.

Tabela 12: Demonstração de Resultados

SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020	variação	Variaç. %
Prestação de serviços e vendas	14	937 781 894	749 027 602	188 754 292	25,20%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-24 010 730	-21 352 892	-2 657 838	12,45%
Resultado operacional bruto		913 771 164	727 674 710	186 096 454	25,57%
Fornecimentos e serviços terceiros	15	411 383 059	357 903 226	53 479 833	14,94%
Valor acrescentado bruto		502 388 105	369 771 484	132 616 621	35,86%
Gastos com pessoal	16	121 591 847	115 995 740	5 596 107	4,82%
Provisões do exercício - (reduções)	10	-	5 410 908	-5 410 908	-100,00%
Aumentos/redução do justo valor	6	28 923 354	21 655 764	7 267 590	33,56%
Imparidades de activos	10	-7 448 880	-46 876 311	39 427 431	-84,11%
Outros gastos	17	10 149 141	4 879 942	5 269 199	107,98%
Outros rendimentos e ganhos	17	1 742 853	7 099 427	-5 356 574	-75,45%
Resultado antes de amortizações perdas e ganhos de financiamento e imposto - EBITDA		393 864 444	236 185 590	157 678 854	66,76%
Gastos depreciação e amortização	5	129 941 042	125 076 383	4 864 659	3,89%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto) - EBIT		263 923 402	111 109 207	152 814 195	137,54%
Juros e ganhos obtidos	18	2 862 702	2 977 404	-114 702	-3,85%
Juros e perdas suportados	18	-9 758 451	-10 607 132	848 681	-8,00%
Resultado Antes de impostos		257 027 653	103 479 479	153 548 174	148,39%
Imposto sobre rendimento do período	19	-57 419 576	-23 788 573	-33 631 004	141,37%
Resultado Líquido do Período		199 608 077	79 690 906	119 917 170	150,48%

6.1 Valor Acrescentado Bruto

O valor acrescentado bruto em 2021 situou-se em 502,3 milhões de escudos, que comparado com os 369,7 milhões de escudos registados em 2020 representa um aumento de 132,6 milhões de escudos. Esta evolução positiva com relação ao ano transato é justificada pela retoma das transações na rede, em todas as vertentes com predominância nos serviços com cartões internacionais e Vinti4, dado o efeito do aumento das receitas ser superior ao aumento dos gastos do exercício.

As receitas operacionais fixaram-se em 937,7 milhões de escudos em 2021, mais 188 milhões de escudos, em relação ao período homólogo, o que representa um aumento de 25,2 por cento.

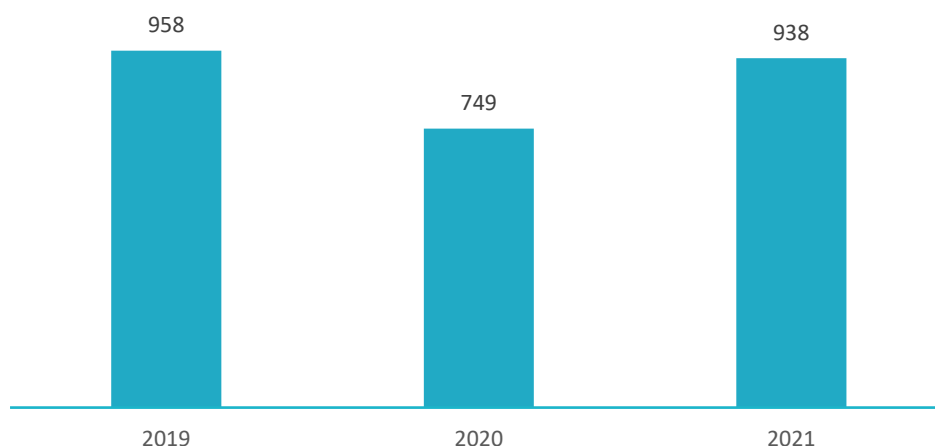
6.2 Rendimentos

Os Rendimentos totais em 2021 fixaram-se em 971,3 milhões de escudos, mais 23,5 por cento, um aumento de 185 milhões em relação ao ano transato. Para este resultado contribuiu o aumento nas principais receitas dos serviços da SISP, nomeadamente nos serviços Vinti4, Visa e Mastercard, quando comparado com o período homólogo.

Os rendimentos de prestação de serviços atingiram os 937,7 milhões de escudos, mais 185,7 milhões de escudos em comparação com 2020, sendo que os serviços Vinti4, Visa e Mastercard representam cerca de 172 milhões de escudos desse aumento.

O valor da prestação de serviços de 2021 representa 98 por cento do registado no período antes COVID-19, ou seja, menos aproximadamente 20 milhões de escudos do que o registado em 2019.

Gráfico 10: Prestação de Serviços em milhões de escudos



6.3 Outros rendimentos e ganhos

O ganho por aumento de justo valor da participação da SISP no capital social da Visa foi de 28,9 milhões de escudos (atualização do valor de mercado a 31 de dezembro de 2021), sendo que no exercício de 2020 o ganho correspondeu a 21,6 milhões de escudos.

Os outros proveitos fixaram-se em 1,7 milhões de escudos, derivado essencialmente de alienações de ativos fixos tangíveis.

Os juros obtidos, derivados de depósitos a prazo e equiparados, totalizaram os 2,8 milhões de escudos, valor equiparado ao registado no ano transato (2,9 milhões de escudos).

6.4 Gastos

Os gastos totais ascenderam a 714,2 milhões de escudos, uma variação de 4,6 por cento, ou seja, mais 31,5 milhões de escudos, face aos valores de 2020.

O quadro que se segue mostra a composição dos Custos, bem como a sua respetiva evolução nos dois anos:

Tabela 13: Gastos

	2 021	2020	Var. Abs	Var. %
Total	714 283 150	682 691 626	31 591 524	4,63%
Mercadorias vendidas e matérias consumidas	24 010 730	21 352 892	2 657 838	12,45%
Fornecimentos e serviços externos	411 383 059	357 903 226	53 479 833	14,94%
Gastos com pessoal	121 591 847	115 995 740	5 596 107	4,82%
Imparidades de activos	7 448 880	46 876 311	-39 427 431	-84,11%
Outros gastos	10 149 141	4 879 942	5 269 199	107,98%
Gastos depreciação e amortização	129 941 042	125 076 383	4 864 659	3,89%
Juros e perdas suportados	9 758 451	10 607 132	-848 681	-8,00%

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), é o principal responsável pelo aumento dos gastos gerais, essencialmente decorrente dos gastos diretos e proporcionais associados às comissões por operação Visa, Mastercard e vinti4.

Os Gastos com o Pessoal ascenderam a 121,5 milhões de escudos, um aumento de 5,5 milhões de escudos face a 2020. Essa variação está relacionada com aumento de pessoal (mais 5 do que no ano anterior) e 19 progressões registadas em 2021.

O rácio Gastos com o Pessoal sobre Prestação de Serviço fixou-se em 13 por cento e 15 por cento em 2021 e 2020 (diminuição de 2 p.p.), respetivamente, e, representando os gastos com o pessoal, cerca de 17 por cento dos custos totais da empresa em 2021, peso equivalente ao registado no ano de 2020.

Os gastos com as Amortizações fixaram-se em 129 milhões de escudos, um acréscimo de 3,8 por cento, em linha com um aumento dos ativos não correntes, registado nos últimos anos.

O rácio CAPEX/receitas operacionais situou-se em 12,3 por cento (12,1 por cento em 2020) e os gastos com a depreciação e amortização representaram 13,3 por cento dos rendimentos totais de 2021 e 15,9 por cento em 2020.

A rubrica imparidade em 2021 inclui as provisões de cobrança duvidosa para clientes no valor de 7,4 milhões de escudos. Em 2020 a rubrica inclui as provisões de cobrança duvidosa para clientes e outros devedores, nomeadamente transações associadas ao processo de liquidação internacional (chargebacks) no valor total de 43,4 milhões de escudos. O aumento registado a nível de imparidade para chargebacks em 31 de dezembro de 2020 resulta na sua essência por alegado uso não autorizado (fraude) de cartões internacionais em comerciantes nacionais. A recuperação desse montante está em andamento por via judicial.

Adicionalmente em 2020 registaram-se imparidades para inventário em 3,4 milhões de escudos para peças de terminais antigos e obsoletos em stock, associados a um fabricante de POS em processo final de substituição por outro fabricante de melhor relação custo\benefício.

Outros gastos e perdas

A rubrica “Outros Gastos” no valor de 10,1 milhões de escudos (4,8 milhões de escudos em 2019) inclui, essencialmente, imposto de selo, quotizações, donativos. O aumento está associado ao aumento das receitas dos serviços *acquiring internacional* onde incide o imposto de selo.

Os Juros e Perdas de Financiamento incluem essencialmente as despesas relacionadas com garantias bancárias, despesas financeiras com processamento e diferenças de câmbios desfavoráveis, somando um total de 9,7 milhões de escudos em 2021.

6.5 Resultado líquido do exercício

A SISP apresentou uma boa performance com um Resultado Líquido a alcançar os 199, milhões de escudos uma variação positiva na ordem dos 150 por cento, mais 119,9 milhões de escudos comparativamente ao período homólogo. Na base desse aumento esteve essencialmente, o aumento dos rendimentos dos serviços.

Na sequência do aumento dos proveitos operacionais, superior ao registado nos custos, o EBITDA aumentou em 66,7 por cento entre 2020 e 2021, fixando-se em 393,8 milhões de escudos (236,1 milhões de escudos no ano transato).

7. SITUAÇÃO FINANCEIRA

7.1 Evolução do Balanço

A 31 de dezembro de 2021, o ativo líquido atingiu 1.673,8 milhões de escudos, o que corresponde a um acréscimo de 46,5 por cento (531,9 milhões de escudos) em relação ao ativo líquido registado em dezembro de 2020 que tinha sido de 1.141,8 milhões de escudos.

Tabela 14: Balanço

Ativo	31/12/2021	31/12/2020	Var. Abs	Var. %
Ativo não Correntes	649 235 091	630 020 146	19 214 945	3,05%
Ativos Fixos Tangíveis	180 179 107	148 499 035	31 680 072	21,33%
Ativos Intangíveis	61 544 817	102 933 298	-41 388 481	-40,21%
Participação Financeira	407 511 167	378 587 813	28 923 354	7,64%
Ativo Corrente	1 024 572 217	511 794 093	512 778 124	100,19%
Inventários	48 254 556	61 375 824	-13 121 268	-21,38%
Dívidas a Curto Prazo	294 188 123	172 037 227	122 150 896	71,00%
Estado e outros entes públicos	0	26 221 415	-26 221 415	
Depósitos Bancários	682 129 539	252 159 628	429 969 911	170,51%
Total do Ativo	1 673 807 309	1 141 814 240	531 993 069	46,59%
Capital Próprio	1 183 966 726	984 358 649	199 608 076	20,28%
Capital Social e Reservas	984 358 649	904 667 743	79 690 906	8,81%
Resultado Líquido do Período	199 608 077	79 690 906	119 917 170	150,48%
Passivo	489 840 583	157 455 590	332 384 992	211,10%
Passivo Corrente	489 840 583	157 455 590	332 384 992	211,10%
Capital próprio + passivo	1 673 807 309	1 141 814 240	531 993 069	46,59%

Para esse acréscimo contribuíram, fundamentalmente, os seguintes fatores:

- Aumento dos ativos correntes em 512 milhões de escudos, justificado essencialmente pelo aumento da disponibilidade e dívidas de curto prazo em 429,9 milhões de escudos e 122 milhões de escudos respetivamente;
- Aumento dos ativos não correntes em 19,2 milhões de escudos, derivado essencialmente dos novos investimentos registados em 2021;

O Capital Próprio aumentou em 20 por cento, mais 199,6 milhões de escudos em 2021, sendo este aumento consequência da não distribuição de dividendos em 2020 e o impacto do aumento do resultado líquido de 2021 em 119,9 milhões de escudos.

O total do Passivo fixou-se em 489,8 milhões de escudos, mais 332 milhões de escudos face ao ano anterior, justificado pelo aumento da dívida de compensação associada ao negócio de *acquiring*.

7.2 Análise dos Rácios

O ano de 2021 confirma a melhoria dos indicadores de rentabilidade da SISP, com a rentabilidade dos Ativos (ROA) e dos Capitais Próprios (ROE) a alcançarem 12,5 por cento e 16,8 por cento, respetivamente, contra 7,9 por cento e 8,1 por cento em 2020, consequência direta do aumento do Resultado Líquido do Exercício.

O rácio de eficiência – Cost-to-Income – que relaciona os Custos Operacionais com os proveitos, continuou a baixar e atingiu 74,3 por cento em 2021, melhor do que em 2020 que foi de 83,5 por cento, refletindo o aumento dos rendimentos em maior proporção do que os custos.

O rácio Gastos com Pessoal/Receita dos serviços também melhorou, passando de 15,5 por cento em 2020 para 13 por cento em 2021.

7.3 Indicadores de Gestão

O Indicador de Rendibilidade EBITDA (excluindo o impacto do justo valor, imparidades e provisões) registou um acréscimo acima dos 44 por cento.

Em termos prudenciais, a SISP continua a apresentar uma boa performance e solidez, com fundos próprios acima dos 1.111 milhões de escudos, um aumento em 20 por cento comparativamente a 2020.

O rácio de Cobertura de Imobilizado continua elevado, sendo de 815 por cento em 2021 (818 por cento em 2020).

O rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 66,2 por cento, bem acima do mínimo de 10 por cento legalmente exigidos. Importa referir que o Banco Central diminuiu o valor mínimo do rácio de capital em 2020 com o objetivo de minimizar o impacto da pandemia da COVID no capital das instituições financeiras.

Tabela 15: Indicadores de gestão

Rátios	2021	2020	2019	Variação
Rendibilidade				
EBITDA	372 mCVE	257 mCVE	343,3 mCVE	44,73%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	16,86%	8,10%	24,13%	108,14%
Rendibilidade Económica do Ativo (REA)	11,93%	9,73%	21,19%	22,56%
Rendibilidade Líquida das Vendas	21,29%	10,64%	25,92%	100,05%
Eficiência Operacional				
Prazo Médio de Recebimentos	61	62	55	-2,39%
Liquidez Geral	2,09	3,25	1,76	-35,64%
Liquidez Reduzida	1,99	2,86	1,63	-30,31%
Liquidez Imediata	1,39	1,6	0,73	-12,97%
Indicadores Prudenciais				
Fundos Próprios	1.111,9mCVE	871,6mCVE	919,5mCVE	20,93%
Solvabilidade	66,2%	55,5%	57,9%	19,4%
Cobertura do Imobilizado	815,3%	818,8%	638,3%	-0,4%

7.4 Proposta de Aplicação de Resultados

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos e fazendo uso da prerrogativa que lhe é atribuída por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, que, nos termos legais e estatutários aplicáveis:

O resultado líquido do exercício de 2021, no montante de 199.608.077 escudos, seja distribuído de seguinte forma:

Tabela 16: Proposta de aplicação de resultado

	%	Valor
Dividendos	50%	99 804 038 CVE
Reserva Legal	10%	19 960 808 CVE
Outras Reservas	40%	79 843 231 CVE
Total		199 608 077 CVE

O Conselho de Administração entende ser pertinente referenciar o impacto considerável no resultado da empresa, da evolução do preço das ações tipo C da VISA (justo valor) detidas pela SISF, que em 2021 totalizou 28.923.354 CVE (tendo sido em 2020, de 21.655.764 CVE).

Considerando o cumprimento das reservas legais e prudenciais, bem como o grau satisfatório de capitalização da empresa, o Conselho de Administração deliberou propor a distribuição de dividendos a partir de 50%, valor mínimo de distribuição sobre lucros distribuíveis.

7.5 Demonstrações Financeiras

SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS

Descrição	Notas	31/12/2021	31/12/2020	variação	Variaç. %
Prestação de serviços e vendas	14	937 781 894	749 027 602	188 754 292	25,20%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-24 010 730	-21 352 892	-2 657 838	12,45%
Resultado operacional bruto		913 771 164	727 674 710	186 096 454	25,57%
Fornecimentos e serviços terceiros	15	411 383 059	357 903 226	53 479 833	14,94%
Valor acrescentado bruto		502 388 105	369 771 484	132 616 621	35,86%
Gastos com pessoal	16	121 591 847	115 995 740	5 596 107	4,82%
Provisões do exercício - (reduções)	10	-	5 410 908	-5 410 908	-100,00%
Aumentos/redução do justo valor	6	28 923 354	21 655 764	7 267 590	33,56%
Imparidades de activos	10	-7 448 880	-46 876 311	39 427 431	-84,11%
Outros gastos	17	10 149 141	4 879 942	5 269 199	107,98%
Outros rendimentos e ganhos	17	1 742 853	7 099 427	-5 356 574	-75,45%
Resultado antes de amortizações perdas e ganhos de financiamento e imposto - EBITDA		393 864 444	236 185 590	157 678 854	66,76%
Gastos depreciação e amortização	5	129 941 042	125 076 383	4 864 659	3,89%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto) - EBIT		263 923 402	111 109 207	152 814 195	137,54%
Juros e ganhos obtidos	18	2 862 702	2 977 404	-114 702	-3,85%
Juros e perdas suportados	18	-9 758 451	-10 607 132	848 681	-8,00%
Resultado Antes de impostos		257 027 653	103 479 479	153 548 174	148,39%
Imposto sobre rendimento do período	19	-57 419 576	-23 788 573	-33 631 004	141,37%
Resultado Líquido do Período		199 608 077	79 690 906	119 917 170	150,48%

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos
 Balanços em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020
 (Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020	Variação	%
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	5	180 179 107	148 499 035	31 680 072	21,33%
Terrenos	5	10 324 248	10 324 248	-	0%
Edifícios e outras construções	5	7 360 870	9 584 605	(2 223 735)	-23%
Equipamento básico	5	120 226 626	106 637 627	13 588 999	13%
Equipamento de transporte	5	5 529 985	6 207 163	(677 178)	-11%
Equipamento administrativo	5	2 551 287	2 064 206	487 081	24%
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	5	34 186 091	13 681 186	20 504 905	150%
Ativos intangíveis	5	61 544 817	102 933 298	(41 388 481)	-40,21%
Programa do computador (Software)	5	57 598 523	96 599 453	(39 000 930)	-40%
Outros ativos Intangíveis	5	-	1 716 570	(1 716 570)	-100%
Adiantamento por conta de ativos intangíveis	5	3 946 294	4 617 275	(670 981)	-15%
Participação Financeira - outros métodos	5	407 511 167	378 587 813	28 923 354	7,64%
Partes de capital	5	407 511 167	378 587 813	28 923 354	8%
Total do ativo não corrente		649 235 091	630 020 146	19 214 945	3,05%
Ativo corrente					
Inventários	7	48 254 556	61 375 824	(13 121 268)	-21,38%
Mercadorias	7	3 707 656	6 238 084	(2 530 428)	-40,56%
Materiais primas, subsidiárias e de consumo	7	44 546 900	55 137 740	(10 590 840)	-19,21%
Clientes	11	207 687 502	126 658 773	81 028 729	63,97%
Outras contas a receber	11	59 409 553	20 411 685	38 997 868	191,06%
Estados e outros entes públicos	13	-	26 221 415	(26 221 415)	-100,00%
Diferimentos	8	27 091 068	24 966 769	2 124 299	8,51%
Depósitos bancários	4	682 129 539	252 159 628	429 969 911	170,51%
Total do ativo corrente		1 024 572 217	511 794 093	512 778 124	100,19%
Total do ativo		1 673 807 309	1 141 814 240	531 993 069	46,6%
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	9	100 000 000	100 000 000	-	0,00%
Reservas legais	9	105 727 853	97 758 762	7 969 091	8,15%
Reservas livres	9	14 401 872	14 401 872	-	0,00%
Outras reservas	9	709 462 600	637 740 785	71 721 815	11,25%
Resultados transitados		54 766 324	54 766 324	-	0,00%
Resultado líquido do período		199 608 077	79 690 906	119 917 170	150,48%
Total de capital próprio		1 183 966 726	984 358 649	199 608 076	20,3%
PASSIVO					
Total do passivo não corrente		-	-	-	
Passivo corrente					
Fornecedores - investimentos	11	2 497 281	3 793 842	(1 296 561)	-34,18%
Fornecedores, conta corrente	11	20 767 357	18 453 637	2 313 720	12,54%
Compensação Visa/Mastercard	12	284 038 015	89 704 475	194 333 540	216,64%
Estado e outros entes públicos	13	27 729 193	8 591 773	19 137 419	222,74%
Outras contas a pagar	11	135 297 686	22 646 554	112 651 132	497,43%
Acréscimo de gastos	8	19 511 051	14 265 309	5 245 742	36,77%
Total do passivo corrente		489 840 583	157 455 590	332 384 992	211,1%
Total de Passivo		489 840 583	157 455 590	332 384 992	211,10%
Total do capital próprio e passivo		1 673 807 309	1 141 814 240	531 993 069	46,6%

Área Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

Método Indirecto		Notas	31/12/2021		31/12/2020	
Fluxo de caixa das actividades operacionais:						
Resultado líquido do exercício			199 608 077		79 690 906	
Ajustamentos:						
Amortizações e depreciações	(+)	5	129 941 042		125 076 383	
Provisões	(+/-)	10	-		(690 938)	
Juros e rendimentos similares obtidos	(-)	18	(2 862 702)		(2 977 404)	
Juros e gastos similares suportados	(+)	18	9 758 451		10 607 132	
Ganhos na alienação de Ativos fixos tangíveis	(-)	17	(1 516 059)		(157 494)	
Ganhos por aumento do Justo Valor -VISA	(-)	6	(28 923 354)		(21 655 764)	
Diminuição de Inventários	(+)	7	13 121 268		2 664 961	
Aumento das dívidas a receber		11	(120 026 597)		-	
Diminuição das dívidas a receber	(-)	11	-		290 993 278	
Aumento dos gastos diferidos	(-)	8	(2 124 299)		(29 562 474)	
Aumento das contas a pagar	(+)	11	328 435 811		0	
Aumento das contas a pagar	(-)	11	(1 296 561)		(347 543 266)	
Aumento dos Acréscimos de gastos	(+)	8	5 245 742		(4 716 649)	
Diminuição dos acréscimos de Gastos	(-)		-		-	
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)				555 582 234		101 728 671
Ativos Fixos Tangíveis		5	(102 800 230)		(54 513 246)	
Ativos intangíveis		5	(17 432 403)		(36 380 983)	
Fluxo de caixa das actividades de investimento:				(120 232 633)		
Ativos fixos tangíveis		17	1 516 059		157 494	
Juros e rendimentos similares	79	18	1 575 026		1 065 488	
Dividendos	794	17	1 287 676		1 911 916	
Fluxos das actividades de investimento (2)				(115 853 872)		(87 759 331)
Actividades de financiamento:						
Recebimentos provenientes de:						
Pagamentos respeitantes a:						
Juros e gastos similares		18	(9 758 451)		(10 607 132)	
Dividendos		9	-		(124 119 644)	
Fluxos das actividades de financiamento (3)				(9 758 451)		(134 726 776)
Variações de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)				429 969 911		(120 757 436)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4	252 159 628		372 917 064	
Caixa e seus equivalentes no final do período		4	682 129 539		252 159 628	

Área Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

Descrição	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Reservas Livres	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		100 000 000	72 934 833	14 401 872	538 445 070	54 766 324	248 239 288	1 028 787 387
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-		79 690 906	79 690 906
Aplicação do Resultado Líquido	9	-	24 823 929	-	99 295 715	-	(124 119 644)	-
Resultado Extensivo		100 000 000	97 758 762	14 401 872	637 740 785	54 766 324	203 810 550	1 108 478 293
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições Dividendos	PRELIMINAR 2021	-	-	-	-	-	(124 119 644)	(124 119 644)
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021		100 000 000	97 758 762	14 401 872	637 740 785	54 766 324	79 690 907	984 358 649
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-	199 608 077	199 608 077
Aplicação do Resultado Líquido	9	-	7 969 091	-	71 721 815	-	(79 690 906)	-
		100 000 000	105 727 852	14 401 872	709 462 600	54 766 324	199 608 078	1 183 966 726
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições Dividendos		-	-	-	-	-		
POSIÇÃO NO FIM		100 000 000	105 727 852	14 401 872	709 462 600	54 766 324	199 608 078	1 183 966 726

Área Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde - CVE)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (“SISP” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, que tem como sócios, o Estado enquanto o principal pagador no país, o Banco de Cabo Verde, na qualidade de promotor do bom funcionamento dos sistemas de compensação e de pagamentos, os bancos comerciais Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Interatlântico, S.A.R.L., Banco Caboverdiano de Negócios, S.A. e Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. e a Cabo Verde Telecom, S.A. cuja atividade de prestadora de serviços de telecomunicações é de particular interesse para o desenvolvimento dos Sistemas de Pagamentos. Foi constituída em 1999 e tem a sua sede social em Achada Santo António – Praia, Cabo Verde.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de fevereiro de 2022.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas na Portaria nº 49/2008, de 29 de dezembro, do Ministério das Finanças, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro para Cabo Verde (“SNC”), em substituição do Plano Nacional de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto n.º 4/84, de 30 de janeiro, que inclui um conjunto de Normas de Relato Financeiro (“NRF”). Apesar de, conforme disposto no Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde, as entidades, nas quais se enquadra a SISP, deverem adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, em agosto de 2008 a SISP obteve autorização do Banco de Cabo Verde para a utilização do POC, tendo nessa data transitado para as NRF.

As NRF foram adotadas para os períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2009. Este Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas

Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

Está em discussão a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) junto do Banco de Cabo Verde, não existindo por agora uma data definida para a mesma.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com o Sistema de Normalização de Relato Financeiro.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Sociedade dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas por duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 25
Equipamento básico - POS	2
Equipamento básico - outros	3 a 12
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	5 a 12
Equipamento administrativo	4 a 12

As vidas úteis e método das depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo líquida de amortizações acumuladas, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que ocorrem.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade industrial - Marcas e Patentes	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

As vidas úteis e método das amortizações dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de imparidade”.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados pelo seu custo histórico. O custo inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocar os bens no seu local e na sua condição atual. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Ajustamentos de inventários – Perdas/Reversões”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Sociedade consiste no custo médio ponderado.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo registados de acordo com as disposições da NRF 16 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado, o qual pode vir deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa” e “Depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

No caso da SISP, esta categoria inclui participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas. Estas participações financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor, registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria

“ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” ou “Imparidade de ativos não depreciables” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por contrapartida de resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurados ao custo.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Sociedade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Sociedade a receber o correspondente montante.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio da data de determinação do justo valor. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10 Provisões e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("*adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("*non adjusting events*" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos equipamentos denominados por “POS” – em 2010 a Sociedade desenvolveu um estudo de utilização e substituição dos POS, com vista a apurar a vida útil destes equipamentos. Como resultado deste estudo foi atribuída uma vida útil de dois anos, a qual será periodicamente revista. Em 2021 a Sociedade ainda aplica as conclusões obtidas no estudo realizado em 2010 por considerar que o estudo ainda se mantém atual.
- b) Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na preparação da estimativa para o exercício de 2021 a Sociedade considerou as disposições previstas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

4. DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes corresponde a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de “Caixa e seus equivalentes” e “Depósitos bancários” apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
. Em bancos nacionais	342 623 206	156 074 411
. Em bancos estrangeiros	300 621 333	58 983 217
Caixas e seus equivalentes	<u>643 244 539</u>	<u>215 057 628</u>
Depósito a Prazo	<u>38 885 000</u>	<u>37 102 000</u>
Depósitos bancários e caixa	<u><u>682 129 539</u></u>	<u><u>252 159 628</u></u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a um depósito a prazo, o qual vence juro à taxa anual bruta de 2,25% e 3% respetivamente e tem vencimento no mês de outubro do ano 2023.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – em bancos estrangeiros” inclui essencialmente os saldos das contas bancárias mantidas junto de bancos correspondentes através dos quais são efetuadas as operações de liquidação internacional com a VISA e MasterCard (Nota 12).

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2021 e 2020, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	31/12/2020				31/12/2021		
	Valor líquido	Aquisições	Transferências abates/ Alienações	Amortizações/ Depreciações do exercício	Valor bruto	Amortizações/ Depreciações acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis							
Terrenos	10 324 248	-	-	-	10 324 248	-	10 324 248
Edifícios e outras construções	9 584 605	-	-	(2 223 735)	57 728 376	(50 367 506)	7 360 870
Equipamento básico	106 637 627	8 916 100	68 758 370	(64 085 471)	746 540 145	(626 313 518)	120 226 626
Equipamento de transporte	6 207 163	3 673 965	-	(4 351 143)	33 270 749	(27 740 764)	5 529 985
Equipamento administrativo	2 064 206	425 426	521 464	(459 809)	14 472 428	(11 921 141)	2 551 287
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	1 583 308	(1 583 308)	-
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	335 397	75 090 039	(69 279 834)	-	6 145 602	-	6 145 602
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis (Sede)	13 345 789	14 694 700	-	-	28 040 489	-	28 040 489
	148 499 035	102 800 230	-	(71 120 158)	898 105 345	(717 926 237)	180 179 107
Activos intangíveis							
Programas de computador (Software)	96 599 453	9 850 949	8 252 435	(57 104 314)	432 078 533	(374 480 010)	57 598 523
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	-	479 238	(479 238)	-
Outros Activos Intangíveis	1 716 570	-	-	(1 716 570)	22 572 493	(22 572 493)	-
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	4 617 275	7 581 454	(8 252 435)	-	3 946 294	-	3 946 294
	102 933 298	17 432 403	-	(58 820 884)	459 076 558	(397 531 741)	61 544 817
	251 432 333	120 232 633	-	(129 941 042)	1 357 181 903	(1 115 457 978)	241 723 924
	31/12/2019				31/12/2020		
	Valor líquido	Aquisições	Transferências abates/ Alienações	Amortizações/ Depreciações do exercício	Valor bruto	Amortizações/ Depreciações acumuladas	Valor líquido
Activos fixos tangíveis							
Terrenos	5 915 292	-	4 408 956	-	10 324 248	-	10 324 248
Edifícios e outras construções	11 808 340	-	-	(2 223 735)	57 728 376	(48 143 771)	9 584 605
Equipamento básico	94 443 300	1 729 352	74 549 961	(64 084 987)	671 149 585	(564 511 957)	106 637 627
Equipamento de transporte	11 006 395	-	-	(4 799 232)	33 136 784	(26 929 621)	6 207 163
Equipamento administrativo	2 796 948	-	-	(732 742)	13 525 538	(11 461 332)	2 064 206
Ferramentas e utensílios	-	-	-	-	1 583 308	(1 583 308)	-
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	26 650 045	52 644 269	(78 958 917)	-	335 397	-	335 397
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis (Sede)	13 206 164	139 625	-	-	13 345 789	-	13 345 789
	165 826 484	54 513 246	-	(71 840 696)	801 129 025	(652 629 989)	148 499 035
Activos intangíveis							
Programas de computador (Software)	91 112 165	13 439 728	43 223 351	-51175791	413 975 149	-317 375 696	96 599 453
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	0	479 238	(479 238)	-
Outros Activos Intangíveis	3 776 466	-	-	-2059896	22 572 493	(20 855 923)	1 716 570
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	24 899 371	22 941 255	(43 223 351)	0	4 617 275	0	4 617 275
	119 788 002	36 380 983	-	(53 235 687)	441 644 155	(338 710 857)	102 933 298
	285 614 486	90 894 229	-	(125 076 383)	1 242 773 180	(991 340 846)	251 432 333

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aquisições ocorridas nas rubricas de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” e “Adiantamentos por conta de ativos intangíveis” referem-se essencialmente a aquisições de equipamentos e desenvolvimento de aplicações operacionais diversas, que foram sendo transferidas para imobilizado firme assim que foram ficando disponíveis para utilização.

Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se registado como adiantamento de ativos fixos tangíveis (Sede) um valor de 28.040.489 CVE, referente a gastos incorridos com a construção do novo edifício, nomeadamente relativos a requisitos da estrutura, elaboração do projeto de arquitetura e segurança do edifício.

No exercício de 2021, a SISP procedeu à alienação de 1 viatura, no valor bruto de 1.978.000 CVE, que se encontravam totalmente amortizados.

No exercício de 2010 a Sociedade entregou junto da Administração Fiscal um documento a requerer a aceitação em termos fiscais da alteração das vidas úteis dos equipamentos POS de cinco anos para dois anos, aguardando ainda resposta por parte da mesma. O Conselho de Administração antecipa que este pedido venha a ter parecer favorável.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos financeiros da Sociedade apresentam a seguinte composição:

			31/12/2021	31/12/2020
	Número de ações	Valor unitário	Valor de aquisição	Valor de balanço
Visa Inc. - Classe C	19 256	21 163	14 401 872	407 511 167
				378 587 813

O movimento ocorrido na quantia escriturada da participação financeira na VISA Inc. foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	356 932 049
Ganhos por aumento do justo valor	21 655 764
Saldo em 31 de dezembro de 2020	378 587 813
Ganhos por aumento do justo valor	28 923 354
Saldo em 31 de dezembro de 2021	407 511 167

Atendendo a que as ações da Classe C podem ser convertidas em ações da Classe A, a participação Visa Inc. encontra-se valorizada com base na cotação das correspondentes ações da Classe A da Visa Inc. que se encontram cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a cotação das ações da classe A ascendia a 218,73 USD (21.163 CVE) e a 218,73 USD (19.661 CVE) respetivamente.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido
Mercadorias						
Adiantamentos por compras						
Mercado externo	620	-	620	3 310 666	-	3 310 666
	620	-	620	3 310 666	-	3 310 666
Cartas de Pin	3 517 207	-	3 517 207	2 650 147	-	2 650 147
Cartões PVC Branco	107 615	-	107 615	195 057	-	195 057
Cartão Plásticos Brancos RFID	82 214	-	82 214	82 214	-	82 214
	3 707 036	-	3 707 036	2 927 418	-	2 927 418
Subtotal Mercadorias	3 707 656	-	3 707 656	6 238 084	-	6 238 084
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Adiantamentos por compras						
Mercado externo	2 542 813	-	2 542 813	1 865 325	-	1 865 325
	2 542 813	-	2 542 813	1 865 325	-	1 865 325
Peças POS	5 080 961	(3 412 842)	1 668 119	3 510 641	(3 412 842)	97 799
Peças ATM	39 425 625	-	39 425 625	52 227 438	-	52 227 438
Consumíveis cartões	258 763	-	258 763	713 633	-	713 633
Consumíveis cartões PKI	651 580	-	651 580	233 545	-	233 545
	45 416 929	(3 412 842)	42 004 087	56 685 257	(3 412 842)	53 272 415
Subtotal Mat.-primas, sub. e de consumo	47 959 742	(3 412 842)	44 546 900	58 550 582	(3 412 842)	55 137 740
Total de Inventários	51 667 398	(3 412 842)	48 254 556	64 788 666	(3 412 842)	61 375 824

A constituição das perdas por imparidades de inventários resulta de uma análise periódica do menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, sendo os ajustamentos registados na rubrica “Ajustamentos de Inventários” (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo - Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de peças de ATM.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	2 927 418	56 685 257	59 612 675	3 082 870	59 925 726	63 008 596
Transferência	3 310 666	1 865 325	5 175 991	-	1 032 189	1 032 189
Compras	2 885 113	5 460 916	8 346 029	4 604 014	12 320 768	16 924 782
Saldo final*	3 707 036	45 416 929	49 123 965	2 927 418	56 685 257	59 612 675
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 416 161	18 594 569	24 010 730	4 759 466	16 593 426	21 352 892

- Excluindo Adiantamento por conta de compras.

8. DIFERIMENTOS ATIVOS E ACRÉSCIMOS DE GASTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de diferimentos ativos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Ativo corrente</u>		
Contratos de manutenção:		
Oracle	2 667 237	2 617 171
EDB	-	2 134 620
Bizfirst	1 685 592	1 671 690
Hardsecure	1 441 013	1 591 358
RIS2048	1 542 221	1 283 530
Utimaco	-	638 955
Helpsystem	196 673	250 025
Trustwave	446 008	-
Outros	1 852 221	1 076 382
	<u>9 830 965</u>	<u>11 263 731</u>
Contrato com VISA Internacional	13 005 178	9 468 828
Seguros	3 711 600	3 419 660
Outros	543 325	814 550
	<u>27 091 068</u>	<u>24 966 769</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” registava montantes referentes a diversos contratos de manutenção no valor total de 9.830.965 CVE e 11.263.731 CVE, respetivamente que se encontram a ser diferidos de acordo com o período a que os serviços respeitam.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Contrato com Visa Internacional” diz respeito a contratos de manutenção renovado anualmente celebrado com a entidade Visa Internacional.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de acréscimos de gastos passivos apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Acréscimo de gastos		
. Prémio desempenho	4 535 520	4 686 264
. Visa	4 723 165	2 422 019
. Mastercard	2 392 933	478 006
Outros	<u>7 859 433</u>	<u>6 679 020</u>
	<u>19 511 051</u>	<u>14 265 309</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas “Acréscimo de gastos – MasterCard” e “Acréscimo de gastos – Visa” incluem o montante estimado dos gastos incorridos pela Sociedade, ainda a ser faturados pela MasterCard e Visa, respetivamente, no âmbito do serviço MasterCard e Visa em Cabo Verde.

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 6.448.714 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos.

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 5.639.471 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos e o valor de 200.000 CVE referente a donativos estimados para 2020 (Nota 17).

9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000 ações com o valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as reservas da Sociedade apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Reserva legal	105 727 853	97 758 762
Reservas livres	14 401 872	14 401 872
Outras reservas	709 462 600	637 740 785
	<u>829 592 325</u>	<u>749 901 419</u>

De acordo com a lei que regula as atividades das instituições financeiras em vigor em Cabo Verde (lei nº 62/VIII/2014), uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, deve ser destinada ao reforço da reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de maio de 2021, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram aplicados em cem por cento em reservas legais e outros.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de junho de 2020, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 atribuídos aos acionistas ascenderam a 124.119.644 CVE (correspondente a 1.241,19 CVE por ação).

10. PROVISÕES, IMPARIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos exercícios de 2021 e 2020 o movimento ocorrido nas provisões e imparidades pode ser detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Reforços</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisões			
- Contingências fiscais	-	-	-
Imparidades			
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	33 815 000	7 411 318	41 226 318
- Outras contas a receber (Nota 11):			
. Liquidação internacional VISA/Mastercard	-	-	-
. Chargeback	43 927 491	-	43 927 491
- Ativos em curso (Nota 5)	-	-	-
- Outros devedores (Nota 11)	92 071	37 562	129 633
- Existências (Nota 7)	3 412 842	-	3 412 842
	<u>81 247 404</u>	<u>7 448 880</u>	<u>88 696 284</u>
	<u>81 247 404</u>	<u>7 448 880</u>	<u>88 696 284</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisões					
- Contingências fiscais	690 938	-	-	(690 938)	-
Imparidades					
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	27 222 210	6 592 790	-	-	33 815 000
- Outras contas a receber (Nota 11):					
. Liquidação internacional VISA/Mastercard	4 719 970	-	-	(4 719 970)	-
. Chargeback	9 290 327	34 637 164	-	-	43 927 491
- Ativos em curso (Nota 5)	-	-	-	-	-
- Outros devedores (Nota 11)	92 071	2 233 515	(2 233 515)	-	92 071
- Existências (Nota 7)	-	3 412 842	-	-	3 412 842
	<u>41 324 578</u>	<u>46 876 311</u>	<u>(2 233 515)</u>	<u>(4 719 970)</u>	<u>81 247 404</u>
	<u>42 015 516</u>	<u>46 876 311</u>	<u>(2 233 515)</u>	<u>(5 410 908)</u>	<u>81 247 404</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade tinha registada uma provisão de 690.938 CVE para fazer face essencialmente a contingências fiscais em sede de IUR – Retenção na Fonte que poderão resultar de diferentes interpretações da legislação aplicável à Sociedade, nomeadamente para serviços prestados em 2014 por fornecedores não residentes para os quais não dispõem de certificado de residência num país com quem Cabo Verde tenha acordo de dupla tributação. No exercício de 2020, as referidas provisões para contingências fiscais em sede de IUR foram revertidas de acordo com o artigo 89º do código do processo tributário, o qual prevê que os tributos caducam quando a liquidação não seja validamente notificada ao sujeito passivo passados 5 anos.

11. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS

a. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido
Clientes						
Clientes conta corrente	248 913 949	(41 226 318)	207 687 631	160 473 773	(33 815 000)	126 658 773
Outras contas a receber	103 466 677	(44 057 124)	59 409 553	66 572 691	(46 161 006)	20 411 685
	352 380 626	(85 283 442)	267 097 184	227 046 464	(79 976 006)	147 070 458

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Outras contas a receber” inclui os montantes de 54.477.695 CVE e 10.301.705 CVE, respetivamente, relativos a valores transacionados com cartões internacionais que aguardam por confirmação dos montantes por parte da VISA e MasterCard. Em 31 de dezembro de 2019 encontrava-se registada uma perda por imparidade acumulada associada a estes saldos no montante de 4.719.970 CVE (Nota 10), a qual foi revertida durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento verificado nos montantes pendentes de confirmação pode ser explicado essencialmente pela retoma sentida em 2021, período após nova normalidade causada pela pandemia de Covid-19.

Adicionalmente em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica inclui saldos relativos a “chargeback” nos montantes de 42.980.605 CVE e 44.599.787 CVE, respetivamente, para os quais se encontra registada uma perda por imparidade acumulada de 43.927.491 (Nota 10). O valor de “chargeback” resulta essencialmente de um conjunto de operações indevidas ocorridas em 2020 por alegado uso não autorizado de cartões internacionais em comerciantes nacionais, na sequência dos quais a SISP foi chamada a proceder à devolução dos montantes. O processo de recuperação destes montantes encontra a decorrer por via judicial.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a referida rubrica ainda inclui valores a receber de outros devedores, líquido de imparidade, no montante de 4.708.483 CVE e 6.585.323 CVE, respetivamente, sendo que a imparidade corresponde ao montante de 129.635 CVE (Nota 10).

b. Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Fornecedores		
Fornecedores - Investimentos	<u>2 497 281</u>	<u>3 793 842</u>
Fornecedores, conta corrente		
Em moeda nacional	7 661 374	5 942 460
Em moeda estrangeira	10 323 728	6 226 735
Fornecedores por acréscimo de gastos		
Em moeda nacional	44 957	183 309
Em moeda estrangeira	<u>2 737 298</u>	<u>6 101 133</u>
	<u>20 767 357</u>	<u>18 453 637</u>
Outras contas a pagar	135 297 686	22 646 554
	<u>158 562 324</u>	<u>44 894 033</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui o montante de 130.415.919 CVE e 18.511.372 CVE, respetivamente, relativo ao montante pendente a pagar pela Sociedade ao Banco de Cabo Verde decorrente da realização da compensação interbancária entre os diversos Bancos Agentes e o mesmo no final do exercício respetivo. O aumento verificado nos montantes pendentes de pagamento pode ser explicado essencialmente pela nova retoma após impacto da pandemia de Covid-19.

12. COMPENSAÇÃO VISA/MASTERCARD

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo desta rubrica corresponde ao valor em aberto nestas datas junto do Banco de Cabo Verde, resultante do adiantamento de verbas realizado por esta instituição no âmbito do processo de liquidação internacional. A SISP é responsável

pelo processamento da liquidação das operações realizadas em Cabo Verde com cartões VISA e MasterCard, mantendo nas suas demonstrações financeiras diversos saldos associados a essas operações (Notas 4 e 11).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor em aberto é de 284.038.015 CVE e 89.704.475 CVE, respetivamente. O aumento verificado nos montantes pendentes de pagamento pode ser explicado essencialmente pela nova retoma após impacto da pandemia de Covid-19.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (Nota 19)	57 419 576	23 788 573
Pagamento Por Conta	(21 213 658)	(50 009 988)
Crédito de imposto de periodo anterior	(26 684 195)	-
Imposto sobre o valor acrescentado	12 109 143	3 874 792
Contribuições para a Segurança Social	3 084 856	2 863 804
Retenções sobre terceiros	1 603 319	1 573 348
Tributação Autónoma	3 114	38 587
Outros impostos - Imposto selo	1 407 037	241 242
	<u>27 729 193</u>	<u>(17 629 642)</u>

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Pagamento por Conta” corresponde aos pagamentos por conta fracionados liquidados durante o próprio ano a que diz respeito o imposto, equivalentes a 20% da coleta apurada relativamente ao exercício. A não liquidação das outras prestações (segunda e terceira) está associado ao crédito de imposto apurado.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da rubrica “Pagamento por Conta” corresponde aos pagamentos por conta fracionados liquidados durante o próprio ano a que diz respeito o imposto, equivalentes a 80% da coleta apurada relativamente ao exercício.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica “Crédito de Impostos” corresponde aos pagamentos a mais feito para o exercício de 2020 apurado após fecho do exercício, liquidação efetuado através de pagamentos fracionados antecipados durante o próprio ano a que diz

respeito o imposto. A origem do crédito do imposto foi devido a diminuição significativa do resultado de 2020, derivado do impacto da pandemia da Covid-19.

14. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS

A prestação de serviços e vendas reconhecidas pela Sociedade nos exercícios de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	2021	2020
<u>Vendas</u>		
Cartas de PIN	1 095 000	-
Máquinas ATM	4 810 000	3 130 000
<u>Serviços a clientes bancos</u>		
Processamento		
Vinti4	154 324 205	140 961 430
Visa	6 256 675	6 762 623
Mastercard	5 321 553	8 102 700
TEF	13 609 194	12 651 366
Telecompensação	1 483 080	1 449 760
Outras Redes	5 125 866	4 522 322
Gestão de terminais	42 062 500	38 143 500
Gestão de cartões	37 433 658	38 939 054
Ligação à rede		
CPD	7 200 000	7 200 000
SWIFT	24 000 000	22 250 000
Produção de cartões	9 058 095	8 618 755
Outros Serviços	5 883 858	4 352 231
<u>Serviços a clientes não bancos</u>		
Pagamento automático	478 741 842	384 928 747
Access Fee	67 717 950	45 955 000
Dynamic Currency Conversion	42 816 470	-
Pagamento de serviços	21 922 155	17 851 773
Cartões não bancários	64 890	95 490
Certificados Eletrónicos	6 614 526	105 600
Outros Serviços	2 388 700	3 112 334
<u>Descontos e abatimentos</u>	(148 323)	(105 083)
	<u>937 781 894</u>	<u>749 027 602</u>

No exercício de 2021 e 2020, o saldo da rubrica “Vendas – Máquina ATM” corresponde à venda de 1 equipamento ATM aos bancos (modelos de máquinas diferentes). As referidas vendas tiveram um custo associado de 3.851.849 CVE e 2.817.778 CVE respetivamente.

A rubrica “Venda- cartas de PIN” está associado a mudança do critério de aplicação do tarifário em 2021, onde a faturação passou a ser efetuada com a requisição das cartas de PIN pelo banco ao invés da data de produção de cartão.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020
Comissões Acquiring Visa	82 702 470	62 548 452
Comissões Acquiring MasterCard	83 750 303	69 362 491
Conservação e reparação	71 241 402	64 047 719
Comunicações	60 264 929	56 309 945
Comissões Vinti4	61 402 116	52 534 554
Avenças	20 266 770	26 140 312
Eletricidade	7 978 491	8 021 957
Deslocações e estadias	1 575 045	3 438 155
Rendas e alugueres	4 896 168	4 822 668
Seguros	2 557 087	2 540 436
Combustíveis	1 952 035	1 581 470
Vigilância e segurança	1 194 711	1 208 807
Consumíveis	3 002 205	1 257 281
Honorários	61 706	281 070
Outros fornecimentos e serviços externos	8 537 621	3 807 909
	<u>411 383 059</u>	<u>357 903 226</u>

No exercício de 2021, verificou-se um aumento significativo das rubricas “Comissões Acquiring Visa” e “Comissões Acquiring MasterCard”, que pode ser explicado essencialmente pela retoma do período após pandemia de Covid-19, que originou um aumento acentuado das transações realizadas com cartões internacionais, sobre as quais incidem as referidas comissões.

No exercício de 2021, o acréscimo na rubrica “Comissões Vinti4” está relacionado com aumento das transações compras, onde incide a comissão paga aos bancos emissores e de

apoio por cada transação realizada com cartões em 2021, conforme tarifário aprovado no início do período.

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	2 979 696	2 997 932
Pessoal	93 147 275	87 514 386
Encargos sociais	14 714 183	13 756 324
Formação	4 530 145	5 573 679
Prémio de desempenho	4 143 293	3 995 908
Seguros	1 288 639	1 328 969
Outros gastos com o pessoal	788 616	828 542
		115 995
	<u>121 591 847</u>	<u>740</u>

Em 31 de dezembro de 2021 o número de colaboradores ascendia a 56 mais cinco do que no ano transato. Foi reenquadrado um estagiário para a categoria de colaborador e registaram-se mais cinco novas contratações, sendo uma em substituição de um técnico demissionário no mesmo ano.

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Outros rendimentos e ganhos		
Outros	1 742 853	7 099 427
Outros gastos e perdas		
Impostos		
Imposto de selo	6 989 828	4 352 009
Imposto circulação automóvel	25 285	31 625
Tributação Autónoma	3 114	4 031
Reg. Anual pro-rata definitivo	1 563 503	-
Imposto de capitais (Nota 19)	445 799	-
Imposto sobre Património		
	9 027 529	4 387 665
Donativos (Nota 8)	999 086	400 000
Quotizações	78 651	88 200
Outros gastos e perdas	43 875	4 077
	1 121 612	492 277
	10 149 141	4 879 942

No exercício de 2021 o saldo da rubrica “Outros rendimentos e ganhos - Outros” inclui o montante de 1. 043.478 CVE, relativo a alienação de uma viatura.

No exercício de 2020 o saldo da rubrica “Outros rendimentos e ganhos - Outros” inclui o montante de 2. 137.344 CVE, relativo a ganhos decorrentes das correções à taxa definitiva de pro-rata para 2020, e inclui o montante de 4.451.123 CVE relativo a correções efetuadas nas contas de compensação Visa e Mastercard.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Imposto de selo” inclui o montante de 6.989.828 CVE e 4.352.009 CVE, respetivamente, relativo essencialmente a imposto de selo sobre as receitas da VISA e Mastercard.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica “Imposto de capitais” inclui o montante de 445.799 CVE relativo à retenção na fonte da taxa liberatória dos juros de depósitos a prazo vencidos durante o exercício de 2021.

18. JUROS E GANHOS OBTIDOS E JUROS E PERDAS SUPORTADOS

Nos exercícios de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2021	2020
Juros e ganhos obtidos		
Rendimentos de participação de capital - Visa Inc.	1 287 676	1 911 916
Juros obtidos em aplicações de curto prazo	1 408 868	890 448
Outros ganhos em financiamentos	166 158	175 040
	<u>2 862 702</u>	<u>2 977 404</u>
Juros e perdas suportados		
Juros suportados	(8 797 332)	(10 135 307)
Outras perdas em financiamentos	(961 119)	(471 825)
	<u>(9 758 451)</u>	<u>(10 607 132)</u>
	<u>(6 895 749)</u>	<u>(7 629 728)</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica “Juros suportados” corresponde às comissões de garantias bancárias prestadas à Visa, MasterCard e AMEX.

19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

Segundo a Lei n.º 44/IX/2018 que aprova o Orçamento Estado para o ano económico de 2019, o artigo 84.º da Lei n.º 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprova o código de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC), foi alterado na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5/IX/2016, de 31 de dezembro, retificada no B.O de 23 de março de 2017 e pela Lei n.º

20/IX/2017, de 31 de dezembro, passando a ter a seguinte redação: “A taxa de IRPC é de 22% para os sujeitos passivos enquadrados no regime de contabilidade organizada.”

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os gastos com impostos sobre o rendimento nos exercícios de 2021 e 2020 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto corrente do exercício	57 419 576	23 788 573

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2021 e 2020 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2021</u>		<u>2020</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>257 027 653</u>		<u>103 479 479</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	22,44%	57 677 005	22,44%	23 220 795
Provisão /Reversões para Impostos	0,00%	-	-0,15%	(155 046)
Perdas por imparidades para além dos limites	0,04%	111 797	1,00%	1 037 347
Insuficiência de Impostos (IUR e IVA)	0,00%	(7 754)	-0,07%	(76 120)
Tributação Autónoma	0,00%	699	0,00%	905
Retenção na fonte Taxa Liberatória Dep Prazo	-0,04%	(100 037)	0,00%	-
Depreciações fora do limite legal - Viaturas	0,19%	488 198	0,52%	538 474
30% com Gastos com viaturas ligeiras de passageiros e mistas	0,07%	185 318	0,20%	211 332
50% das Despesa de Representação	0,00%	3 494	0,00%	4 523
Depreciações com viaturas ligeiras não aceites no período anterior	-0,36%	(929 489)	-0,90%	(929 489)
Benefícios Fiscais (Formação, Estágios e Bolsa - CBF art.º 33º)	0,00%	-	-0,04%	(45 562)
Benefícios Fiscais (Criação de Emprego- CBF art.º 32º)	-0,01%	(19 500)	-0,02%	(19 500)
Outros Custos	0,00%	9 846	0,00%	915
	<u>22,34%</u>	<u>57 419 576</u>	<u>22,99%</u>	<u>23 788 573</u>

20. ENTIDADES RELACIONADAS

a) Identificação das entidades relacionadas

De acordo com a NRF 4, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que a SISP exerce, direta ou indiretamente, influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional e as entidades que exercem influência significativa sob a gestão da Sociedade. Neste âmbito, as entidades consideradas para efeitos destas divulgações são os acionistas da SISP, que correspondem às seguintes entidades:

- Banco de Cabo Verde
- Banco Comercial do Atlântico
- Caixa Económica de Cabo Verde
- Banco Caboverdeano de Negócios
- Banco Interatlântico
- Cabo Verde Telecom
- Estado de Cabo Verde - Tesouro

b) Detalhe dos saldos com entidades relacionadas:

	31/12/2021				
	Depósitos bancários	Clientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	76 956 604	994 755	-	-	284 038 015
Banco Comercial do Atlântico	25 117 014	9 262 533	2 822 595	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	56 455 465	11 432 139	616 919	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	88 281 442	2 972 911	461 384	-	-
Banco Interatlântico	45 013 721	3 420 552	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	576 580	-	(273 386)	-
Estado - Tesouro	-	2 463 237	-	-	-
	<u>291 824 246</u>	<u>31 122 707</u>	<u>3 900 898</u>	<u>(273 386)</u>	<u>284 038 015</u>

	31/12/2020				
	Depósitos bancários	Clientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	94 188 296	1 130 563	250 147	-	89 704 475
Banco Comercial do Atlântico	22 291 939	8 995 689	2 806 529	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	6 980 448	10 611 591	-	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	46 457 565	6 132 685	2 970 414	-	-
Banco Interatlântico	11 030 563	3 099 415	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	457 321	-	(255 520)	-
Estado - Tesouro	-	2 899 069	-	-	-
	<u>180 948 811</u>	<u>33 326 333</u>	<u>6 027 090</u>	<u>(255 520)</u>	<u>89 704 475</u>

c) Detalhe das transações com entidades relacionadas

	31/12/2021				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros e perdas similares suportados	Outros gastos e perdas	Juros e ganhos similares obtidos	Vendas e serviços prestados
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 18)	(Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(984)	-	-	-	4 865 955
Banco Comercial do Atlântico	(22 643 399)	(4 775 039)	(38 390)	-	92 959 254
Caixa Económica de Cabo Verde	(18 652 104)	(171 969)	(31 998)	-	106 514 683
Banco Caboverdeano de Negócios	(7 027 004)	-	(6 527)	1 408 868	28 134 487
Banco Interatlântico	(8 252 238)	(3 921 712)	(16 262)	-	31 194 471
Estado - Tesouro	-	-	-	-	12 332 028
Cabo Verde Telecom	(2 930 773)	-	-	-	4 586 677
	<u>(59 506 502)</u>	<u>(8 868 720)</u>	<u>(93 177)</u>	<u>1 408 868</u>	<u>280 587 555</u>
	31/12/2020				
	Fornecimentos e serviços externos	Juros e perdas similares suportados	Outros gastos e perdas	Juros e ganhos similares obtidos	Vendas e serviços prestados
	(Nota 15)	(Nota 18)	(Nota 17)	(Nota 18)	(Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(1 440)	-	-	-	4 863 949
Banco Comercial do Atlântico	(19 543 253)	(5 419 359)	(25 566)	-	82 800 981
Caixa Económica de Cabo Verde	(16 214 356)	(196 319)	(5 149)	-	101 221 878
Banco Caboverdeano de Negócios	(5 504 053)	-	(7 725)	890 448	26 086 719
Banco Interatlântico	(7 510 357)	(4 519 629)	(2 070)	-	30 293 082
Estado - Tesouro	-	-	-	-	8 583 383
Cabo Verde Telecom	(2 647 930)	-	-	-	3 726 851
	<u>(51 421 389)</u>	<u>(10 135 307)</u>	<u>(40 510)</u>	<u>890 448</u>	<u>257 576 843</u>

As transações com partes relacionadas são realizadas, por regra, em condições normais de mercado.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Federação Russa deu início a uma operação militar em território da Ucrânia, tendo desencadeado uma guerra que envolve igualmente a Bielorrússia. Em resposta, foram aprovadas diversas sanções com o objetivo de impactar as economias da Federação Russa e da Bielorrússia por um conjunto de países nos quais se incluem os países da NATO, da União Europeia e outros. Existe a possibilidade da SISP vir a ser impactada por perdas nos seus ativos com exposição indireta a estas economias decorrente das referidas sanções, bem como da destruição que se verifica na Ucrânia com este conflito, no entanto, esses impactos futuros não são ainda determináveis.

22. OUTROS ASSUNTOS

O surto do novo coronavírus (COVID-19), originado na China em dezembro de 2019, e sobre o qual em 11 de março de 2020, foi declarado pela Organização Mundial de Saúde como pandemia, conduziu a economia global para níveis de risco e de incertezas elevados. As medidas de contenção que envolvem restrições de viagens e quarentenas afetaram diretamente a produção e o turismo a nível mundial, e consequentemente as interrupções nas cadeias globais de suprimentos. E com isso as economias mundiais vêm enfrentando grandes desafios provocados pelos choques simultâneos de oferta e da demanda. O turismo, enquanto setor pivô da economia Cabo-verdiana, está severamente afetado, e simultaneamente os demais setores da economia.

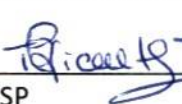
O impacto negativo no negócio da SISP em 2021, foi afetado em grande parte pela escassez na área de turismo, levando a uma diminuição no resultado quando comparado com o período antes da COVID-19 derivado essencialmente da diminuição das transações com cartões internacionais e atraso na execução de alguns projetos.

Em conformidade com as regras definidas pelo Governo de Cabo Verde, a SISP implementou um conjunto de medidas para assegurar a prossecução das suas atividades, nomeadamente o teletrabalho (para todos os seus colaboradores em simultâneo ou em regime rotativo) e a adaptação das suas instalações para possibilitar a execução em segurança das tarefas que requeressem a presença física dos colaboradores. Neste contexto, a atividade da Sociedade continuou a ser assegurada sem constrangimentos que pudessem impedir a realização das atividades necessárias ao normal funcionamento da SISP.

Durante o exercício de 2021, para além das variações ocorridas nos saldos das principais rubricas, resultantes da alguma retoma da atividade verificada durante o ano de 2021, conforme explicado nas Notas anteriores, não se verificaram impactos significativos quantificáveis nas demonstrações financeiras da SISP resultantes da situação de pandemia. Em 31 de dezembro de 2021, na preparação das demonstrações financeiras da Sociedade foram utilizados pelo Conselho de Administração os pressupostos, julgamentos e estimativas considerados adequados face às circunstâncias atuais de elevada incerteza.

A extensão e o grau de severidade dos impactos futuros gerados pela pandemia não são ainda determináveis, pelo que a atividade e rendibilidade da Sociedade, incluindo a realização dos seus ativos, poderá ser afetada em maior ou menor grau. No entanto, com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração da Sociedade considera que se mantém adequado o pressuposto da continuidade das operações utilizado na preparação das demonstrações financeiras da SISP em 31 de dezembro de 2021.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 
SISP

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


Ana Lina Gomes Teixeira

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores

Membros da Assembleia-Geral da SISP

1. Introdução

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Conselho Fiscal emitir o relatório sobre a sua ação fiscalizadora bem como o seu parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e demais elementos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A – SISP, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. Atividades de fiscalização

- O Conselho Fiscal, através de contatos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, acompanhou a atividade e gestão da SISP, designadamente:
- Acompanhou as principais decisões do Conselho de Administração, refletidas em atas de reuniões desse órgão.
- Procedeu à análise da conformidade dos registos contabilísticos e Demonstrações financeiras de forma regular,
- Analisou a razoabilidade e eficácia do sistema de controlo interno relevante;
- Analisou os relatórios emitidos pelo Gabinete de Auditoria Interna;
- Acompanhou o impacto da pandemia de COVID-19 no desempenho financeiro e gestão operacional da organização, entre outros.

No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou sempre, com a colaboração do Conselho de Administração e dos serviços da instituição na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, o que merece os seus agradecimentos.

3. Declaração de concordância e conformidade

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, bem como as Demonstrações Financeiras com o rigor, isenção e profundidade adequados à organização, bem como o Parecer do Auditor, cuja independência também analisou.

O Relatório de Gestão expõe de forma clara e objetiva a evolução dos negócios e o desempenho da sociedade. O CF pôde constatar que 2021 foi um ano de retoma e recuperação, ainda que tímidos. Registou-se um aumento acima dos 25% das receitas operacionais (prestação de serviços) e uma estabilização dos gastos, (variação de 4%), com reflexos positivos nos principais indicadores de gestão, rácios prudenciais, operacionais e de rentabilidade, incluindo o próprio resultado líquido do exercício.

O Balanço, as Demonstração de Resultados, as variações do Capital Próprio e os correspondentes anexos, e os fluxos de caixa, fornecem um retrato e compreensão adequados da situação financeira da SISP e dos



seus resultados. As demonstrações financeiras e o sistema contabilístico que os suportam mostram-se em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e expressam de forma adequada e substantiva a situação patrimonial, os resultados, as alterações do capital próprio e os fluxos de caixa da SISP a 31 de dezembro de 2021.

A proposta de Aplicação de Resultados se encontra devidamente fundamentada e em conformidade legal

As demonstrações financeiras e documentos produzidos foram apresentados sem reservas, nem ênfase pela Auditoria Externa e cujo teor o Conselho Fiscal dá a sua total concordância.

4. PARECER

Em face do exposto, e tendo em consideração as informações recebidas da equipa técnica de contas e do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria Externa, entendemos que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o nosso parecer que vai no sentido de que a Assembleia-Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Demonstrações financeiras da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021;
- b) A proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no montante **de 199.608.077 CVE**, por esta estar também de acordo com as disposições contábeis, legais e estatutárias, como se segue:

Reserva Legal (10%) 19.960.808 CVE

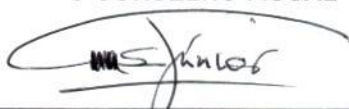
Outras Reservas (40%) 79.843.231 CVE

Dividendos (50%) 99.804.038 CVE

Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração, ao Diretor-Geral da SISP e aos diversos serviços da instituição com os quais a equipa teve oportunidade de contactar, pela excelente colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Praia, 23 de Março de 2022.

O CONSELHO FISCAL



Manuel Sanches Tavares Junior



Mónica Vitoria do Espírito Santo Correia Garcia



Ana Elizabeth Pires Carvalho Vicente

Parecer Auditor Externo

Relatório do Auditor Independente

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (a Sociedade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.673.807.309 escudos de Cabo Verde (CVE) e um total de capital próprio de 1.183.966.726 CVE, incluindo um resultado líquido de 199.608.077 CVE), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o sistema de normalização contabilística e de relato financeiro para Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos do Código de Ética da Ordem Profissional de Auditores e Contabilistas Certificados, o qual foi elaborado em respeito aos princípios e normas do Código de Ética para Contabilistas e Auditores, editada pela Comissão Internacional de Normas de Ética para Contabilistas e Auditores (IESBA), e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

Fomos nomeados como Auditores da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. em 19 de janeiro de 2021. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram objeto de auditoria por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cujo Relatório de Auditoria, datado de 30 de abril de 2021, continha uma ênfase.

Tratando-se de uma auditoria de primeiro ano, realizámos um conjunto de procedimentos de transição com o anterior auditor nos termos previstos na ISA 510 – Trabalhos de auditoria iniciais – saldos de abertura.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

OUTRA INFORMAÇÃO

Sobre o relatório de gestão

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação. Esta outra informação compreende o Relatório de Gestão, que não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório sobre as mesmas e que obtivemos antes da data do nosso relatório.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante no Relatório de Gestão e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do Relatório de Gestão e, em consequência, considerar se a informação nele contida é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho efetuado sobre a outra informação que obtivemos antes da data do nosso relatório, concluirmos que existe uma distorção material no Relatório de Gestão, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

23 de março de 2022

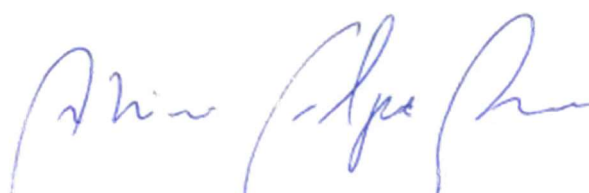
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sucursal em Cabo Verde
Representada por:

Assinado por : **Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes**

Pinto

Num. de Identificação: BI08539023

Data: 2022.03.23 10:50:53 GMT Standard Time



António Filipe Brás
Partner

